



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUANA LIMA GOMES DA SILVA

CASÔ: CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM NATAL/RN

PAU DOS FERROS – RN

2022

LUANA LIMA GOMES DA SILVA

CASÚ: CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM NATAL/RN

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido –
UFERSA, Centro Multidisciplinar Pau dos
Feros, como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. RAFAELA
SANTANA BALBI

PAU DOS FERROS – RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (ua) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados seus créditos bibliográficos.

S586 Silva, Luana Lima Gomes da.

Casû: Centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica em Natal/RN / Luana Lima Gomes da Silva. - 2022.

97 f. : il.

Orientadora: Rafaela Santana Balbi.

Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Projeto de Arquitetura. 3. Arquitetura humanizada. 4. Violência contra mulher. 5. Serviços e instituições de acolhimento a mulher. I. Balbi, Rafaela Santana, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 1115

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

**CASÚ: CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM NATAL/RN**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido –
UFERSA, Centro Multidisciplinar Pau dos
Ferreiros, como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 23 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Rafaela Santana Balbi
Presidente

Prof^ª. Dra. Anna Cristina Andrade Ferreira
Membro Interno

Prof. Dr. Eduardo Raimundo Dias Nunes
Membro Interno

Ana Emília da Silveira Cunha Nobre
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que me deu forças e me guiou durante todos os anos de graduação, para que assim eu pudesse alcançar meus objetivos e me tornar Arquiteta e Urbanista.

Agradeço aos meus pais, Luciana Lima da Silva e Antônio Luiz Cristovão de Oliveira, por garantirem todo o suporte necessário para eu fazer o curso que almejava e numa cidade tão longe de casa.

Agradeço ao meu irmão, Rômulo Luiz Lima de Oliveira, que me incentivou desde o início e se fez presente em todas as etapas desse processo.

Agradeço aos meus familiares por apoiarem meus passos, se fazerem presente nos momentos difíceis e compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à minha formação profissional.

Agradeço aos amigos que criei durante toda essa jornada, dentre os quais cito para representá-los: Alex, Ariani, Jaynne, João, Josenildo, Yandra e Yara – que se tornaram minha família em Pau dos Ferros – por sempre estarem ao meu lado, nos bons e maus momentos, dentro e fora da universidade, e por nunca desistirem de mim. Aqui também incluo outros amigos que não estiveram diretamente presentes nesse processo, mas sei que torcem por mim e ficam felizes com minhas conquistas.

Agradeço a todos os docentes que contribuíram para minha formação profissional, por toda a troca de conhecimento e ensinamentos passados, em especial a minha orientadora, Rafaela Santana, com quem cursei a primeira e última disciplina relacionada diretamente a arquitetura, que me acompanhou em todo o processo de elaboração deste trabalho e aceitou o convite de me guiar neste projeto tão especial para mim; me corrigindo quando necessário, mas, principalmente, confiando na minha capacidade e me deixando à vontade quanto as minhas decisões.

Por fim, agradeço a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

RESUMO

A violência contra mulher é uma temática que cada vez mais é pautada na sociedade, e junto dela sempre está atrelado os questionamentos de como proteger a vítima e/ou como afastar o agressor e garantir que a mulher tenha todo suporte necessário para enfrentar esta situação. É a partir dessas indagações que surgiram instituições que oferecem moradia provisória e toda assistência necessária para as mulheres e seus filhos, como as casas-abrigo e as casas de acolhimento provisório. Com base nisso, este trabalho tem como objetivo desenvolver o estudo preliminar de um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica no município de Natal, no Rio Grande do Norte (RN). Em que por meio de procedimentos metodológicos de natureza exploratória buscou-se conhecer as estatísticas e legislações que envolvem a temática de violência doméstica no Brasil, no RN e em Natal; além de identificar os serviços oferecidos pelas instituições de suporte as mulheres vítimas de violência, para que se possa desenvolver uma edificação cujos espaços funcionem como suporte e colaborarem para a melhora das vítimas. Assim, levando em consideração os estudos anteriores e tendo como princípio algumas diretrizes da arquitetura humanizada foi desenvolvido o estudo preliminar do Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, denominado de CASÛ, o produto almejado com este trabalho. Portanto, foi possível desenvolver um projeto com uma proposta, funcional e estrutural, diferente do que as instituições existentes fornecem atualmente; onde não só garante o suporte que a vítima e seus filhos precisam, mas também acolhem estes indivíduos, tornando a estadia mais agradável e menos impactante na vida deles.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; Projeto de Arquitetura; Arquitetura humanizada; Violência contra mulher; Serviços e instituições de acolhimento a mulher.

ABSTRACT

Violence against women is an issue that is increasingly approached in society, as well as ways to protect the victim and/or how to keep the aggressor away and ensure that the woman has all the necessary support for this situation. It is from these investigations that all the assistance homes that provide and are necessary for women and their children come, such as temporary shelters and temporary homes. Based on this, this work aims to conduct the preliminary study of a reception center for women victims of domestic violence in the city of Natal, Rio Grande do Norte (RN). Through the methodological procedures of an exploratory nature, we sought to know the statistics and legislation that involve the theme of domestic violence in Brazil, RN and Natal; in addition to identifying the services targeted by support institutions such as women, a building can be developed so that it can function as support and help victims. Thus, taking into account previous studies and taking into account the guidelines of humanized architecture, the preliminary study for Victims of Domestic Violence was carried out, called CASÛ, the desired product with this work. Therefore, it is possible to run a project with a proposal, functional and structural institutions, different from what is currently provided; where it does not guarantee that the victim and their children will be also welcomed, but only the most pleasant and impactful stay in their lives.

Keywords: Architecture and urbanismo; Architectural design; Humanized architecture; Violence against women; Reception services and institutions for women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.	21
Figura 2 – Primeira delegada titular (Rosmary Corrêa) em frente da primeira delegacia da mulher no país.	27
Figura 3 – Patrulha Maria da Penha em ação no RN.....	30
Figura 4 – Fachada secundária do abrigo.	37
Figura 5 – Planta baixa do abrigo.....	38
Figura 6 – Material utilizado nas fachadas e aberturas para ventilação natural.	39
Figura 7 – Fachada externa e fachada interna.	39
Figura 8 – Entrada principal do abrigo.....	40
Figura 9 – Planta baixa da edificação.....	41
Figura 10 – Jardins internos.	41
Figura 11 – Pátio de entrada.....	42
Figura 12 – Materiais utilizados na edificação.....	42
Figura 13 – Mapa do Rio Grande do Norte com destaque para o mapa de Natal.	45
Figura 14 – Mapa de Natal/RN com destaque para o bairro da Ribeira.....	46
Figura 15 – Localização do terreno.	47
Figura 16 – Poligonal do terreno cotada.....	47
Figura 17 – Entorno do terreno.....	48
Figura 18 – Instituições e equipamentos presentes no entorno do terreno.....	50
Figura 19 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo.	51
Figura 20 – Mapa de Gabarito da Edificações.	52
Figura 21 – Mapa do Sistema Viário.....	53
Figura 22 – Curvas de Nível do Terreno.	54
Figura 23 – Insolação e Ventilação no Terreno.....	54

Figura 24 – Gráfico de Temperatura e Zona de Conforto.	55
Figura 25 – Rosa dos Ventos de Natal/RN.....	55
Figura 26 – Estratégias bioclimáticas utilizadas.....	56
Figura 27 – Trecho da LC Nº 055, em que trata da disposição de unidades adaptadas.	57
Figura 28 – Opção de acesso para via local.....	58
Figura 29 – Trecho da LC Nº 055, em que trata da relação edificação-tráfego.	58
Figura 30 – Classificação da edificação no Corpo de Bombeiros.	59
Figura 31 – Abertura (h) em beirais, para ventilação do ático.	60
Figura 32 – Ciclo de vida da borboleta.....	61
Figura 33 – Materiais utilizados no projeto.....	62
Figura 34 – Exemplos das estratégias de humanização adotadas.....	63
Figura 35 – Processo de definição da forma.....	63
Figura 36 – Tabela de consumo médio.....	66
Figura 37 – Fluxograma desenvolvido para o projeto.	68
Figura 38 – Zoneamento dos setores do projeto.....	69
Figura 39 – Estudos de volumetria antes e depois das soluções de ventilação cruzada.....	70
Figura 40 – Implantação destacando os acessos, rampas, calçadas, estacionamentos e vegetações circundantes aos blocos.....	71
Figura 41 – Planta baixa setorizada e indicação de algumas das paredes de tijolinho vazadas utilizadas.....	72
Figura 42 – Volumetria final com indicação de acessos e soluções de cobertura.....	72
Figura 43 – Materiais utilizados no projeto.....	73
Figura 44 – Material utilizado nas paredes e suas propriedades térmicas.....	74
Figura 45 – Material utilizado na cobertura e suas propriedades térmicas.	74
Figura 46 – Tabela da NBR 15220-3/2005 com valores de referência para transmitância térmica e atraso térmico dos materiais.	74
Figura 47 – Locação de árvores na fachada de maior isolamento.	75

Figura 48 – Brises utilizadas nas janelas.	75
Figura 49 – Proposta de moradia autônoma com o mobiliário utilizado.	76
Figura 50 – Área externa e o contato com a natureza.	76
Figura 51 – Estratégias de conforto utilizadas na edificação.	77
Figura 52 – Estratégias de conforto utilizadas no pátio central.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo dos estudos de referência.	44
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das Prescrições Urbanísticas de Natal.	57
Tabela 2 – Programa de necessidades com pré-dimensionamento dos ambientes.....	64

LISTA DE ABREVIACÕES

AMPAR – Associação de Mulheres de Parnamirim

Casû – Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Natal/RN

CIOESTE – Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CODIMM – Coordenadoria da defesa da mulher e das minorias

COEPPIR – Coordenadoria de políticas de promoção da igualdade racial

Coine – Coordenadoria de Estatísticas e Análise Criminal

CRAS – Centros Especializados de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CREN – Centro de Referência Mulher Cidadã Elizabeth Nasser

DEAM – Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IMP – Instituto Maria da Penha

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LabEEE – Laboratório de Eficiência Energética em Edificações

M.R. – Módulo de Referência

MPRN – Ministério Público do Rio Grande do Norte

NAMVID – Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar

NUDEM – Núcleo Especializado na Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica Familiar

OMV – Observatório da Mulher contra a Violência

ONG – Organização Não Governamental

PMP – Patrulha Maria da Penha

PNH – Política Nacional de Humanização

Projeteee – Projetando Edificações Energeticamente Eficientes

RN – Rio Grande do Norte

SAAE – Serviço Autônomo de água e Esgoto

SEMUL – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

SESC – Serviço Social do Comércio

Sesed – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN

SESI – Serviço Social da Indústria

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

SPM – Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres

TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	HISTÓRIA E CONCEITOS QUANTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	20
2.2	TIPOS DE SERVIÇOS/INSTITUIÇÕES DE SUPORTE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	21
2.3	ESTATÍSTICAS E PESQUISAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	23
2.4	A LEGISLAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES ENTORNO DA PROBLEMÁTICA	26
2.4.1	Âmbito Federal	26
2.4.2	Âmbito Estadual	29
2.4.3	Âmbito Municipal.....	32
2.5	SERVIÇOS/INSTITUIÇÕES DE APOIO A MULHER NO RIO GRANDE DO NORTE E EM NATAL	33
2.6	ARQUITETURA HUMANIZADA E VOLTADA AO ACOLHIMENTO DE MULHERES.....	34
3	REFERENCIAL PROJETUAL.....	37
4	LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	45
4.1	LOCALIZAÇÃO DO TERRENO E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO	45
4.2	ASPECTOS FÍSICOS DO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO.....	53
4.3	CONDICIONANTES LEGAIS.....	56
5	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	61
5.1	PÚBLICO-ALVO.....	61
5.2	CONCEITO.....	61
5.3	PARTIDO ARQUITETÔNICO	62
5.4	PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO	63

5.5 DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIOS.....	65
5.6 FLUXOGRAMA	67
5.7 ZONEAMENTO	68
5.8 ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO E VOLUMETRIA E ESTRATÉGIAS DE HUMANIZAÇÃO.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA DO PROJETO.....	86
APÊNDICE B – RENDERS DO PROJETO.....	93

1 INTRODUÇÃO

A violência por razão de gênero é conceituada por Kronbauer e Meneghel (2005, p. 01) como “qualquer ato que resulta em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada (...)”.

É relevante dizer que esse tipo específico de violência acontece por questões hierárquicas, desde quando o homem é visto pela sociedade como um ser mais forte e superior, e a mulher como frágil e inferior. Assim, Faleiros (2007, p. 62) atesta que “Historicamente, os machos estruturaram o poder patriarcal de dominação sobre as fêmeas, ou melhor, sobre o gênero feminino”. Porém, essa visão foi sendo desmistificada com o decorrer dos séculos, e de forma lenta e gradual as mulheres foram ganhando espaço e voz na sociedade. Contudo, a “cultura” de violência não parou, ela apenas foi encoberta, ocorrendo na maioria das vezes nos próprios lares das vítimas, e por seus próprios companheiros ou familiares.

No Brasil a violência doméstica ganhou grande repercussão através do caso de Maria da Penha Maia Fernandes – que sofreu violência doméstica por cerca de 7 anos, tendo sua mobilidade reduzida em uma tentativa de feminicídio praticada pelo então marido. O que agravou ainda mais a situação foi a negligência das autoridades com as denúncias, de modo que o agressor ficou impune por muito tempo e que se não fosse a incansável luta da vítima este seria apenas “mais um caso” de violência doméstica. O processo teve tanto impacto que em 2006 foi criada a Lei nº11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que trata justamente de mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (INSTITUTO MARIA DA PENHA – IMP, 2018).

Mesmo com o avanço gradativo das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, registra-se que cerca de 27% das mulheres no Brasil já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Data Senado e o Observatório da Mulher contra a Violência – OMV (2021).

Tendo em vista a necessidade das vítimas em saírem do ciclo de violência, que ocorre dentro de seus lares, foram criadas as “casas abrigo”, que funcionam como moradia provisória para as mulheres e seus filhos, contando com alimentação, segurança, assistência jurídica e psicológica, de modo que as vítimas possam inicialmente se proteger, para depois se reestabelecerem na sociedade.

Ao pensar nessas instituições de abrigo, acaba-se pensando diretamente no conforto e segurança dos indivíduos que irão utilizar este local, inclusive por ser um espaço coletivo, e que infelizmente não é o lar daquela pessoa. Desse modo, é de suma importância tentar amenizar os impactos negativos que esses locais possam causar, e observar que uma arquitetura humanizada pode agregar valores aos ambientes e trazer a real sensação de acolhimento que estas instituições buscam tanto passar para as vítimas.

Pensando neste tipo de instituição, este trabalho tem como tema o estudo preliminar de um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica no município de Natal/RN, onde as vítimas e seus filhos possam contar com atendimentos físico e psicológico e que também sirva de moradia para aquelas que precisarem; além de contar com um espaço para cursos de qualificação profissional. Para a concepção do edifício será levado em consideração os aspectos de humanização nos ambientes comuns e nas moradias para que a permanência das usuárias seja a mais agradável possível.

É bem verdade que muitas mulheres que sofrem violência doméstica dependem financeiramente do companheiro, por isso, após o período de acolhimento no centro elas terão que conseguir ser independentes para seguir suas vidas. Este fato, nos leva a seguinte pergunta: “Como planejar um centro de acolhimento adequado para auxiliar no tratamento de vítimas de violência doméstica, e ao mesmo tempo prepará-las, tanto psicologicamente quanto profissionalmente, para que sigam suas vidas?”

A partir disso, podemos destacar que o propósito de trabalhar com a elaboração de um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica se dá pelo fato da necessidade de uma instituição que não só forneça uma moradia protegida, mas que busque cuidar e qualificar as vítimas para um novo ciclo de forma humanizada e acolhedora, em um local onde não se sintam presas e nem, até mesmo, culpadas.

Outro ponto importante a ser frisado, é que existem poucas instituições de apoio que disponham de habitação temporária no Estado do Rio Grande do Norte, contando apenas com a Casa Abrigo Clara Camarão, em Natal e a Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves, em Mossoró; que já possuem um número bastante limitado de vagas. Em Natal, cidade onde o projeto foi implantado existe toda a estrutura necessária para a locação de uma instituição desse tipo; apresenta alta demanda por sua quantidade de habitantes ser a maior do estado; e, além disso, é a cidade natal da futura atuação profissional da autora, de modo que esta contribuição para o local expressa uma motivação pessoal.

Dessa forma, o **objetivo geral** deste trabalho foi **desenvolver** o estudo preliminar de um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica no município de Natal, no Rio Grande do Norte.

Para tanto, como **objetivos específicos** buscou-se:

- **Conhecer** as estatísticas que envolvem a temática de violência doméstica no Brasil e no RN, bem como a legislação vigente que engloba o suporte às mulheres que foram vítimas desse tipo de violência;
- **Identificar** os serviços oferecidos pelas instituições de suporte as mulheres vítimas de violência, a fim de criar um espaço adequado para suprir as necessidades das abrigadas;
- **Desenvolver** uma edificação cujos espaços funcionem como suporte e possam colaborar para a melhora das vítimas.

Para obter tais finalidades, os procedimentos metodológicos utilizados foram de natureza exploratória, por meio de **pesquisas** em artigos científicos e jornalísticos, relatórios, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), entre outros; e do **levantamento** da área de estudo através de mapas, visitas presenciais e virtuais, através do *street view* do Google Earth e do Global Mapper. Além disso, com o auxílio da plataforma online do Projetando Edificações Energeticamente Eficientes (Projeteee) e do programa Analysis SOL-AR do Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (LabEEE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foram realizados os **estudos** de conforto ambiental para o local e para a edificação projetada.

Assim, este TCC foi estruturado em 6 capítulos. Sendo o capítulo 1 esta introdução, trazendo o tema abordado, a problemática sobre a qual a pesquisa foi envolvida, a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos utilizados. No capítulo 2 foi fundamentado o referencial teórico, onde trata-se, a partir de pesquisas científicas, os conteúdos que dão embasamento a esse estudo, como: a história e os conceitos, e as estatísticas e pesquisas quanto a violência contra a mulher; as legislações vigentes de assistência as vítimas no Brasil, RN e Natal; os tipos de instituições existentes que dão suporte as mulheres vítimas de violência; as instituições de apoio presentes no estado; e a humanização na arquitetura principalmente voltada para o acolhimento de mulheres.

Em seguida, no capítulo 3, foram apresentadas duas referências projetuais de “casas abrigo”, resumidas em um quadro síntese que uniu os principais elementos de cada projeto, de

forma comparativa e destacando os itens que a partir dessas referências foram utilizados no projeto do centro de acolhimento desenvolvido. Já no capítulo 4, realizou-se o estudo da área de intervenção, desde o diagnóstico do entorno, considerando os equipamentos urbanos o uso e ocupação do solo, o gabarito das edificações e o sistema viário; aos aspectos físicos do terreno, por meio dos condicionantes topográficos, climáticos, ambientais e legais.

No capítulo 5 abordou-se o desenvolvimento da proposta, em que foram estabelecidos: o público-alvo, conceito, partido arquitetônico, programa de necessidades e pré-dimensionamento, fluxograma, zoneamento, e estudos de volumetria e de estratégias de humanização. Enquanto o capítulo 6 traz as considerações finais, retomando o que foi exposto em todo desenvolvimento; apontando, também, os desafios enfrentados e os resultados alcançados; e se os questionamentos iniciais foram sanados após a sugestão de proposta arquitetônica elaborada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA E CONCEITOS QUANTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Faleiros (2007, p. 62) aponta que não se pode falar de violência de gênero, sem antes falar da estruturação histórica que envolve essa temática; de modo que cada gênero ocupa lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política. E assim, a partir de uma estrutura patriarcal, ocorre o uso e abuso de poder, exercidos por intermédio das mais variadas formas de violência.

Com isso, pode-se destacar que a violência de gênero é praticada por um indivíduo que se considera superior ao outro e independente do tipo da violência, seja física, moral, psicológica, sexual etc., ela ocorre contra um indivíduo em condição de fragilidade em relação ao agressor, de modo que o elemento “motivador” seja a identidade de gênero ou orientação sexual da vítima.

Quando o homem é associado ao heroísmo, à bravura e à força, e a mulher à sensibilidade, ao sentimentalismo e à delicadeza; é estabelecida uma diferença entre eles de uma forma em que o homem está no topo de uma hierarquia de poder que o possibilita ser superior a qualquer outro gênero; em que, conseqüentemente, todos os outros são considerados inferiores. Este pensamento social machista legitima o uso da violência, como justificativa para afirmar ou reafirmar a posição hierárquica de superioridade (SANTOS, 2020¹).

É fato que este sistema durou por milênios. E o termo “violência contra a mulher” começou a ser visto no Brasil no final dos anos 70, difundindo-se rapidamente em função das mobilizações feministas, em que foram realizadas manifestações contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, frequentemente praticados pelos próprios maridos e que comumente eram absolvidos em nome da “defesa da honra”. Esta causa se estendeu aos anos 80 somando ainda mais denúncias, como de espancamentos e maus tratos conjugais. Foi baseado nisso que a violência contra a mulher passou a ser uma categoria usada como sinônimo de violência doméstica (GROSSI, 2000, p. 296). Portanto, a violência doméstica pode ser definida como:

qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou

¹ Artigo publicado no site Politize!. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>. Acesso em: 10 out 2022.

qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital (MACHADO; GONÇALVES, 2003 apud ALVES, 2005, p. 2).

Assim, é nítida a correlação entre “violência de gênero” e “violência doméstica”, já que ambas são praticadas por um indivíduo considerado superior, que comumente é um homem; e estão diretamente ligadas a violência contra a mulher; além disso, como qualquer tipo de violência, são necessários suporte à vítima, independentemente do tipo de violência sofrida.

2.2 TIPOS DE SERVIÇOS/INSTITUIÇÕES DE SUPORTE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A partir desse contexto, em 2011, é criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres que visa – através dos setores da saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros – propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência (BRASIL, 2011, p. 25). Os principais eixos dessa política podem ser vistos a seguir:

Figura 1 – Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



Fonte: Brasil, 2011.

O documento enfatiza, ainda, que as Casas-Abrigo para mulheres em situação de risco de morte foi um dos principais eixos dessa política, de modo que a primeira instituição do tipo foi criada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 1986 (BRASIL, 2011, p. 16).

Outro importante agente de combate à violência contra a mulher são os Serviços Especializados de Atendimento à Mulher, que atendem exclusivamente mulheres e que são instituições em que se pode encontrar pessoas que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres. Dentre alguns desses serviços, o Observatório da Mulher Contra a Violência – OMV (c2022)², lista o seguinte:

- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs): são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência; através de atividades de caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.
- Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher (Especializadas): órgãos do Estado, responsáveis pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios; tendo como finalidade dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência.
- Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: são órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para o processo, julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Promotorias e Promotorias Especializadas: promovem a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.

Ainda, há a atuação de alguns serviços especializados que disponibilizam de abrigo protegido, e o OMV (2022) identifica alguns deles, como:

- Centros Especializado de Atendimento à Mulher: espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania.

² Informações publicadas no site do Senado Federal por meio do Observatório da Mulher Contra a Violência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 13 maio 2022.

- Casas-Abrigo: locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.
- Casas de Acolhimento Provisório: constituem serviços de abrigamento temporário de curta duração (até 15 dias), não-sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte. Vale destacar que as Casas de Acolhimento Provisório não se restringem ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, devendo acolher também mulheres que sofrem outros tipos de violência, em especial vítimas do tráfico de mulheres. O abrigamento provisório deve garantir a integridade física e emocional das mulheres, bem como realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

Após evidenciar a explanação dos tipos de serviços de suporte a mulher, incluindo as instituições que disponibilizam de moradia temporária para a vítima. É válido enfatizar, que o estudo preliminar desenvolvido neste trabalho não se encaixa nos serviços listados; já que o projeto elaborado buscou aplicar outras diretrizes projetuais, inclusive propostas de humanização arquitetônica que não possibilitam que esta edificação se configure como uma “casa abrigo”, por exemplo.

De todo modo, estes serviços, assim como outras iniciativas, são de suma importância para promover a segurança de mulheres vítimas de violência. Além disto, ainda é importante se estudar e saber qual a situação da violência contra a mulher e por isto serão apresentados a seguir algumas estatísticas resultantes de pesquisas sobre o tema.

2.3 ESTATÍSTICAS E PESQUISAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mesmo sabendo que ainda há uma certa relutância na denúncia dos casos de violência doméstica, seja por medo, vergonha, dependência, entre outros; o tema vem ganhando cada vez mais visibilidade e com isso o número de casos conhecidos aumenta consideravelmente. É certo dizer também que um importante fator que auxilia neste aumento é o crescimento nos estudos e pesquisas realizados na área.

A exemplo disso, há as pesquisas que o DataSenado vem realizando entorno da violência contra a mulher desde 2005, possibilitando ao governo e à população um conhecimento concreto da problemática. Como um dos resultados, foi entregue um relatório, após 7 anos de vigência da Lei Maria da Penha, afirmando que 19% da população feminina acima de 16 anos já foram vítimas de algum tipo de agressão, e enfatizando que apesar das mudanças, ainda havia um longo caminho a ser trilhado no combate à violência contra as mulheres (DATASENADO, 2013).

E com o decorrer dos anos, a violência contra a mulher, no Brasil, vem acometendo ainda mais vítimas, como pode ser visto no levantamento realizado em 2021 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), em que:

27% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar praticada por um homem”. No estudo consta, ainda, que “86% das brasileiras acreditam que houve aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino no último ano, aumento de 4 pontos percentuais em relação ao apurado na edição anterior, em 2019 (OMV, 2021).

Levando em consideração que o estudo foi executado em ano de pandemia, pode-se considerar que esta pesquisa obteve tais resultados pelo fato da necessidade do isolamento social no período em questão. Neste contexto, alguns princípios foram considerados por Machado e Gonçalves (2003, apud ALVES, 2005, p. 3) como propulsores para casos de violência, como: “isolamento (geográfico, físico, afetivo e social), a fragmentação (como mal que consiste em considerar apenas uma parte menor do problema e que tem a ver com o rótulo que se confere à pessoa em concreto), o poder e o domínio ou a influência moral”.

Desse modo, para exemplificar o aumento da violência doméstica durante o isolamento social no período da pandemia, o Ligue 180 registrou um aumento de 36% em casos de violência contra a mulher (RODRIGUES, 2020³). No mesmo ano, uma pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança Pública afirma que ocorreu uma queda dos casos de violência – menos 27,2% em lesão corporal dolosa; menos 50,5% em estupro e estupro de vulneráveis com vítimas mulheres; e menos 32,7% nos registros de ameaça – contudo, a mesma pesquisa apresenta um aumento geral de 2,2% nos registros de feminicídio (BRASIL, 2020, p. 3 e seg). O documento

³ Artigo publicado no site Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ligue-180-registra-aumento-de-36-em-casos-de-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 10 out 2022.

“Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021) explica o motivo de tal contradição nos resultados da pesquisa, alegando que:

(...) embora a violência letal estivesse crescendo no período, as mulheres estavam encontrando mais dificuldades para realizar denúncias do que em períodos anteriores, provavelmente por dois motivos: em função do maior convívio junto ao agressor e da consequente ampliação da manipulação física e psicológica sobre a vítima; e das dificuldades de deslocamento e acesso a instituições e redes de proteção, que no período passavam por instabilidades, como diminuição do número de servidores, horários de atendimento reduzidos e aumento das demandas, bem como pelas restrições de mobilidade (BRASIL, 2021, p. 8).

Trazendo esta problemática para a área de estudo, no estado do Rio Grande do Norte (RN), o número de casos de violência doméstica sofreu um aumento de 44,3% no 1º semestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020 – dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatísticas e Análise Criminal (Coine) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN (Sesed)⁴.

Waiselfisz expõe, através do Mapa da Violência 2015, Natal como o município mais violento para as mulheres do Rio Grande do Norte. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram ainda que em 2016 o município é o único do estado que apresenta números relevantes em relação ao homicídio de mulheres, de modo que em 2019 Mossoró foi a outra cidade que também mostrou relevância⁵.

A partir das estatísticas apresentadas, pode-se ver a importância de tratar cada vez mais desta temática nos dias de hoje. Quanto mais fala-se no assunto, mais mulheres poderão se sentir seguras para relatar sobre a violência sofrida por elas, visto que muitas mulheres deixam de denunciar a agressão por medo, seja de sofrer violência novamente por parte do agressor ou por parte do Estado ou do agressor sofrer violência por parte do Estado; ou de não conseguirem sustentar a si e/ou aos filhos; ou de serem socialmente excluídas (DATASENADO, 2018).

Uma pesquisa qualitativa denominada: “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”⁶, realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência

⁴ Dados publicados no site do jornal Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/casos-de-violencia-domestica-crescem-44-3-por-cento-no-estado/515770>. Acesso em 13 maio 2022.

⁵ Dados retirados do site do IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>. Acesso em 02 dez. 2022.

⁶ Pesquisa publicada no site do Senado Federal por meio do Instituto de Pesquisa DataSenado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia>. Acesso em: 13 maio 2022.

(OMV) em conjunto com o Instituto de Pesquisa DataSenado, aponta que conhecer seus direitos e ter rede de apoio são pontos fundamentais para ocorrer a denúncia da agressão e, enfim, interromper esse ciclo. O estudo afirma que “serviços de apoio a mulheres vítimas de violência e campanhas de esclarecimento sobre os direitos das mulheres têm permitido que mais brasileiras reconheçam e denunciem agressões sofridas no ambiente doméstico” (DATASENADO, 2018).

A pesquisa elenca diretrizes que deveriam ser encaminhadas na área das políticas públicas para tornar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres mais efetivas. Dentre elas estão:

- 1) Aumentar o acesso à política em questão mediante desenvolvimento de novas portas de entrada;
- 2) Assegurar a agilidade na concessão de medidas protetivas;
- 3) Realizar um monitoramento eficaz do cumprimento dessas medidas protetivas;
- 4) Encaminhar o processo civil em conjunto com o processo criminal;
- 5) Assegurar o atendimento psicossocial da mulher, de seus filhos e também do autor da violência;
- 6) Buscar modelos de intervenção alternativos, cuja aplicação se mostre mais viável em pequenas municipalidades (DATASENADO, 2018).

Devido os dados apresentados, é considerável afirmar que a temática tem ganhado maior destaque, tanto que estudos e pesquisas têm suporte para serem realizados, e que quanto mais o tema é abordado mais mulheres tomam coragem e se sentem seguras para falar sobre o que passam. Mesmo porque o poder público vem pouco a pouco ampliando e melhorando as medidas entorno desta problemática, além do surgimento de Organizações Não Governamentais (ONG's).

2.4 A LEGISLAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES ENTORNO DA PROBLEMÁTICA

2.4.1 Âmbito Federal

As políticas públicas de suporte a mulher começaram a surgir a partir de 1984 por meio da Convenção dos Direitos da Mulher, vista como um tratado internacional sobre os direitos humanos das mulheres. Este feito gerou embasamento para futuras medidas de apoio a mulher, como a Lei nº 7.353 que promoveu a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em 1985; neste mesmo ano foi criada primeira unidade da delegacia da mulher, através do Decreto nº 23.769.

Figura 2 – Primeira delegada titular (Rosmary Corrêa) em frente da primeira delegacia da mulher no país.



Fonte: Migalhas, 2019.

Mesmo com alguns progressos no decorrer dos anos, as medidas tomadas pelos governos entorno desta temática ainda não atendem por completo as necessidades das mulheres. Isso pode ser confirmado, pois ao adentrarmos no contexto da violência contra a mulher só identificamos avanços relevantes a partir de 2003, quando foi criada a Lei da Notificação Compulsória (Lei nº 10.778) que estabelece que profissionais da saúde, sejam da rede pública ou privada, notifiquem a polícia indícios de violência contra a mulher.

Em 2006, surgiu a Lei nº11.340, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, criada justamente pela necessidade de ter diretrizes que resguardecam as vítimas e punam os responsáveis por uma violência que ocorre apenas por razão de gênero, em que “o fato de ser mulher reforça não só o padrão recorrente desse tipo de violência, mas também acentua a impunidade dos agressores” (INSTITUTO MARIA DA PENHA – IMP, 2018).

Para tanto, pode-se considerar a Lei Maria da Penha como uma lei bastante ampla, em que consta: os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher; a forma de assistência que deve ser dada à mulher em situação de violência doméstica e familiar; os procedimentos e medidas que devem ser tomadas, tanto quanto à vítima, quanto ao agressor; além da atuação do Ministério Público, do poder judiciário, da autoridade policial e da equipe de atendimento multidisciplinar (Lei nº11.340, 2006).

Mesmo assim, esta lei vem sendo atualizada na medida em que se torna necessário, como por exemplo: no atendimento às mulheres vítimas de violência, que deve ser realizado por policiais e peritas do gênero feminino; a criminalização do descumprimento da medida

protetiva; e a obrigatoriedade de o agressor frequentar centros de reabilitação e de participar de programas de recuperação.

De modo geral e aos poucos também foram estabelecidos outros mecanismos de suporte a mulher, como o Decreto Disque 180 (nº 7.393/ 2010) – que criou o funcionamento do serviço de Central de Atendimento à Mulher – a Lei Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/ 2013) – que estabeleceu a assistência obrigatória pelo SUS às vítimas de Violência Sexual – e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) – que reconheceu o feminicídio como um crime de homicídio.

Outro importante sistema que atua corriqueiramente no país são as Organizações Não Governamentais (ONG's), entre algumas com destaque nacional podemos citar:

- **Tamo Juntas:** Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência, fundada em Salvador/BA, no ano de 2016; a Tamo Juntas tem o objetivo de denunciar e combater a violência contra a mulher em diversos níveis fundamentando seus princípios, posturas e práticas na perspectiva feminista, antirracista, anticapitalista, anti LGBTQIfóbica (TAMO JUNTAS, 2020).
- **Associação Fala Mulher:** Fundada em 2004, seus serviços são realizados através de Termo de Colaboração, estabelecidos com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo - SMADS, e com o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo – CIOESTE. Trabalha no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, na construção da equidade de gênero, na promoção da independência financeira feminina, na facilitação do acesso às informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres. Além do trabalho na defesa e garantia dos direitos humanos, de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou violação de direitos (ASSOCIAÇÃO FALA MULHER, 2021).
- **Artemis:** Surgiu em 2013, com o intuito de promover a autonomia feminina e a prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, através da garantia de seus direitos e implantação de políticas e serviços que assegurem a mudança efetiva do cenário atual, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária (ARTEMIS, 2013).
- **Associação Fênix:** Fundada em Curitiba/PR, no ano de 2006, a organização visa combater a violência, dando ênfase a violência sexual e doméstica, conflitos familiares e atender crianças, adolescentes e jovens vivendo e/ou convivendo com HIV/Aids por

meio da socialização de informações e oferta de apoio psicossocial. Além disso, oferece oficinas e atividades lúdicas para crianças, reforço escolar, atendimento psicológico, aconselhamento e assistência jurídica (ASSOCIAÇÃO FÊNIX, 2006).

Assim, o enfrentamento à violência contra a mulher torna-se cada vez mais efetivo, mesmo que ainda o avanço da legislação seja demorado; a importância do tema já é reconhecida e gradualmente mais mecanismos vão sendo criados, de modo que até mesmo serviços fora do setor governamental tem atuação e ganham espaço ao alcançar parte da população que possa estar desprovida de atendimento ou orientação.

2.4.2 Âmbito Estadual

O poder público do RN possui em vigência duas leis essenciais neste processo de divulgação e suporte às vítimas, e são elas: a Lei Ordinária 10.162 de 21 de fevereiro de 2017 – em que “Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte”, os estabelecimentos em questão são: delegacias de polícia; bibliotecas das escolas públicas da rede estadual de ensino; bibliotecas públicas; e hospitais públicos – e a Lei Ordinária 10.171 de 21 de fevereiro de 2017 – que “Dispõe sobre a reserva de vaga de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.”, de modo que 5% das vagas de empregos das prestadoras de serviços contratadas pelo Governo do Estado são reservadas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Uma relevante medida em vigor no RN é a Lei Estadual Nº 10.097, de 8 de agosto de 2016 – cujo objetivo é acolher e monitorar as mulheres em situação de violência doméstica e familiar que solicitem ou estejam amparadas por medidas protetivas de segurança. Conhecida como Patrulha Maria da Penha (PMP), esta lei foi normatizada a partir do Decreto nº 29.496, de 09 de março de 2020; ou seja, já vinha a quase quatro anos em atividade, trabalhando para “garantir o cumprimento de medidas protetivas de urgência; atuar em consonância com a Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência; realizar visitas semanais às mulheres vítimas de violência doméstica; orientar e esclarecer a vítima sobre os seus direitos; promover palestras de prevenção e orientação nas escolas do município” (CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL, 2017).

Em 2022, durante uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Natal, com o tema: “Chega de Feminicídio”, a Patrulha Maria da Penha foi fortemente citada como uma

ferramenta consolidada e eficaz na defesa de vítimas de violência. As estatísticas apresentadas por Judicler Cavalcanti – Coordenadora Geral da Patrulha Maria da Penha – comprovam que em Natal há 0% de casos de feminicídio entre as mulheres que são assistidas pela patrulha. Judicler ainda explica que “o nosso trabalho é com mulheres encaminhadas já com a medida protetiva, fazemos acompanhamento semanal para garantir a segurança delas” (PREFEITURA DO NATAL, 2022)⁷.

Figura 3 – Patrulha Maria da Penha em ação no RN.



Fonte: Semdes, 2022.

Em 2012, foi instaurado o Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), criado no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) através de um convênio com o Ministério da Justiça. Dentre as atuações atribuídas ao Núcleo no âmbito estadual, o MPRN (2022) lista os seguintes projetos:

- Rede Mulher: Fortalecer para Garantir – em parceria com a rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, o projeto busca promover encontros com a rede de atendimento no intuito de fortalecer a rede de atendimento municipal nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

⁷ Informações publicadas pela Prefeitura do Natal. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/36580>. Acesso em: 13 out. 2022.

- Prevenção à Violência Doméstica em Locais de Trabalho – projeto que visa realizar atividades de prevenção à violência doméstica contra a mulher em ambientes de trabalho, predominantemente masculinos, divulgando a Lei 11.340 e o papel do Ministério Público, discutindo questões de gênero e informando como identificar e o que fazer em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Violência de Gênero: um diálogo possível nas escolas – ação executada em 10 escolas municipais o objetivo de discutir questões de violência de gênero no ambiente escolar, cujo público-alvo são adolescentes.
- Programa Reflexivo de Homens: Por Uma Atitude de Paz – um grupo de homens que respondem a processo judicial e que estejam envolvidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de despertar uma reflexão sobre suas atitudes e prevenção de atos violentos, refletindo assim na sua educação e responsabilização dos seus atos. Este projeto apresentou um índice zero de reincidência nos três anos de funcionamento do grupo, em mais de 300 homens atendidos em três cidades diferentes do Rio Grande do Norte. Atualmente é desenvolvido nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba.

No estado há ainda organizações que prestam atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, como:

- Associação de Mulheres de Parnamirim (AMPAR) – cuja “missão é proporcionar às mulheres em situação de abandono e violência conhecimento de seus direitos e deveres sociais, bem como desenvolvimento profissional através de cursos com a finalidade de geração de renda no seio familiar e na sociedade” (2021);
- Coletivo Autônomo Leila Diniz – projeto focado na demanda das mulheres, tanto nos movimentos sociais quanto no que diz respeito a violência contra a mulher. Trabalha desde 2002 “fortalecendo as ações de prevenção realizadas no âmbito da Delegacia da Mulher, escolas e comunidades, monitorando as políticas públicas de segurança que causem impacto no cotidiano das mulheres, e oferecendo suporte institucional e político as ações do Fórum de Mulheres do RN” (FUNDO SOCIAL ELAS, 2022).

Pode-se dizer que as políticas públicas que possuem destaque no RN quanto a problemática são restritas e ainda tem muito o que progredir, principalmente nas regiões afastadas da capital, que já possui maior consolidação nas políticas da área. Contudo o estado

apresenta algumas estratégias que se tornam efetivas e de grande valia no combate à violência contra mulher, como as atuações do NAMVID e das ONG's, apresentadas anteriormente.

2.4.3 Âmbito Municipal

O município de Natal apresenta um apoio legislativo consolidado, principalmente por ser a capital do estado, quando comparado ao interior, onde essa temática ainda é pouco desenvolvida. Com isso, a Lei nº 7.124 de 18 janeiro de 2021 dispõe sobre a obrigatoriedade de evidenciar cartazes informativos contendo o número da Lei Maria da Penha e os números de telefone da delegacia especializada no atendimento à mulher e da Polícia Militar; em prédios, condomínios residenciais, bares, restaurantes, casas noturnas, serviços e equipamentos de hospedagem e repartições públicas para denúncias de violência contra a mulher.

Muitas vezes, ao falarmos da legislação que envolve a violência contra a mulher, falamos em políticas voltadas as vítimas, que são os indivíduos realmente prejudicados. No entanto, mecanismos voltados aos agressores são necessários, tanto em termos de punição quanto de incentivo a reflexão daquele individuo sobre seus atos; e foi pensando nisso que a Prefeitura de Natal criou a Lei nº. 6.100, de 24 de maio de 2010, que institui o Dia Municipal de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher; possibilitando agregar não só os agressores em si, mas também homens que apoiam a causa.

Recentemente, foi sancionada a Lei Nº 7.303 de 25 de março de 2022 que cria a campanha permanente de enfrentamento ao assédio e violência sexual no Município de Natal, tendo como principais objetivos: enfrentar o assédio e a violência sexual nos equipamentos, espaços públicos e transportes coletivos; divulgar informações sobre o assédio e a violência sexual; disponibilizar os telefones de órgãos públicos responsáveis pelo acolhimento e atendimento das mulheres; e incentivar a denúncia das condutas tipificadas (NATAL, 2022).

É bem verdade que quanto menor a escala governamental, mais difícil se torna o acesso a informação e, consequentemente, o desenvolvimento de políticas públicas. Contudo, a soma legislativa em todas as escalas (federal, estadual e municipal) faz com que as diretrizes existentes consigam contemplar boa parte dos aspectos necessários e amparar uma parcela maior da população, e no caso da violência contra a mulher estes avanços seguem a mesma dinâmica, muitas vezes é até mais lento.

2.5 SERVIÇOS/INSTITUIÇÕES DE APOIO A MULHER NO RIO GRANDE DO NORTE E EM NATAL

A rede de serviço e atendimento preliminar a mulher tem grande relevância no processo de recebimento/orientação das vítimas, pois é a partir desses locais que acontece o encaminhamento às instituições de abrigo, caso necessário. De acordo com a Câmara Municipal de Natal o município conta, atualmente, com os seguintes órgãos em sua rede de proteção à mulher (alguns possuem abrangência estadual):

- Núcleo Especializado na Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUDEM);
- Centros Especializados de Assistência Social (CRAS);
- Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM RN);
- Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMUL RN);
- Coordenadoria da defesa da mulher e das minorias (CODIMM);
- Coordenadoria de políticas de promoção da igualdade racial (COEPPIR);
- Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID);
- Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Conselho Municipal da Mulher;
- Promotoria de violência doméstica;
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM);
- Centro de Referência Mulher Cidadã Elizabeth Nasser (CREN);
- Tribunal de justiça do RN Coordenadoria estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar TJRN;
- Casa-Abrigo Clara Camarão
- Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves.

Na capital do estado está locado o Centro de Referência Elizabeth Nasser, que oferece o serviço de atenção psicossocial, funcionando de portas abertas para mulheres que procuram o serviço ou são encaminhadas de outras Secretarias do município. Para auxiliar na estruturação de instituições dessa natureza, foi disponibilizado em 2006, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Esta norma estabelece os serviços que

deverão ser oferecidos; os profissionais necessários para o funcionamento; os ambientes e móveis básicos que o centro deve ter; e como deve ser a dinâmica de atendimento.

Entre os suportes oferecidos pelo poder público, no estado do RN há duas instituições que acolhem mulheres vítimas de violência doméstica em situação de risco de morte, e são elas: a Casa-Abrigo Clara Camarão, localizada na cidade de Natal, contando com 23 vagas para moradia protegida e oferecendo acompanhamento psicossocial e jurídico, com uma abrangência que atende os casos de Natal e Parnamirim, e a Casa de Acolhimento Anatália de Melo Alves, localizada na cidade de Mossoró, que conta com 20 vagas para moradia protegida e também oferece os serviços de acompanhamento psicossocial e jurídico, contudo, possui uma maior abrangência, atendendo mais 164 municípios do RN.

Desse modo, é nítido que o Estado possui tanto mecanismos de amparo quanto de atendimento e cumprimento de tantas leis que foram explanadas anteriormente; bem como na capital, que apresenta uma ampla rede de assistência em todas as esferas; como consequência é de suma importância que todos esses serviços contem com espaços agradáveis e acolhedores, já que são órgãos que recebem pessoas em situação de vulnerabilidade, neste caso, mulheres vítimas de violência.

2.6 ARQUITETURA HUMANIZADA E VOLTADA AO ACOLHIMENTO DE MULHERES

É evidente a relevância das instituições de acolhimento as mulheres vítimas de violência, mas o que ainda ocorre nos meios institucionais em geral é a falta de empatia do espaço em relação ao usuário, principalmente com aqueles que estão em um contexto de fragilidade. Por isso, pensar em oferecer um ambiente humanizado é um elemento facilitador para amenizar os impactos da experiência das vítimas em relação aos serviços que as atendem.

Em suma, Waldow e Borges (2011, p. 416) apontam que “Humanizar é afirmar o humano na ação e isso significa cuidado porque só o ser humano é capaz de cuidar no sentido integral, ou seja, de forma natural e, ao mesmo tempo, consciente, conjugando desta forma os componentes racionais e sensíveis”. Desse modo, é imprescindível relacionar o humanizar e o cuidar, de tal maneira que as autoras ainda indicam que o cuidar “é tratado como uma atitude ou ação que deve ser realizada de forma humanizada”, fazendo, assim, com que “o cuidado seja uma consequência da humanização”.

A partir disso, é válido ressaltar que o termo “Humanização” começou a entrar em evidência no início do século XXI, quando o Ministério da Saúde propôs a Política Nacional

de Humanização (PNH), em 2003, com o intuito de produzir mudanças nos modos de gerir e cuidar, com base na comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários para construir processos coletivos de enfrentamento; o documento destaca, ainda, que o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança (BRASIL, 2013, p. 3).

Deslandes (2004, p. 9) destaca humanização como oposição à violência, e nesta são referidos maus-tratos físicos e psicológicos. Assim, nota-se o quanto a humanização pode agregar em instituições de acolhimento a mulher, que trata justamente de pessoas que passaram por algum tipo de violência.

Ao pensar pelo viés dos ambientes que comumente recebem as mulheres vítimas de violência – como delegacias, centros de acolhimento, entre outros – pode-se encontrar espaços pouco empáticos com a vítima e muitas vezes com uma arquitetura mais engessada, que busca apenas cumprir as funções básicas da instituição. Mas, no decorrer dos anos, muito tem-se falado na arquitetura humanizada, que se volta principalmente aos espaços hospitalares e/ou aqueles que são direcionados às pessoas em estado de vulnerabilidade, como idosos, crianças e às mulheres vítimas de violência. Este nicho da arquitetura surge com o intuito de amenizar as trocas negativas do usuário com o meio no qual este está inserido (MARTINS, 2017, p. 51).

É visando um espaço realmente acolhedor e que trate das vítimas de violência não somente de forma prática, mas também de forma empática, que Peliceu (2019, p. 20) destaca a necessidade de “um projeto arquitetônico, que possua estratégias projetuais em torno do conforto ambiental e da humanização dos espaços, a fim de garantir ao usuário trocas positivas com o ambiente”.

Assim, Ornstein (2005, p. 159) afirma que o usuário deve ser o centro da produção dos ambientes, de modo que todas as estratégias projetuais estejam voltadas para suprir a necessidade daquele indivíduo. Dessa forma deve-se salientar a importância em pensar no conforto térmico, lumínico, acústico e visual; para a obtenção de um local funcional e empírico.

Em síntese, pode-se definir arquitetura humanizada como um conjunto de procedimentos pensados única e exclusivamente para o indivíduo que vai ocupar aquele espaço; e quando se trata de pessoas fragilizadas a atenção e o cuidado devem ser ainda maiores na hora de projetar esses ambientes. Como elementos norteadores e até mesmo essenciais da arquitetura humanizada é importante destacar: o uso de vegetação, já que o contato com a natureza pode relaxar e trazer uma nova atmosfera visual ao indivíduo; o uso das cores, visando as sensações

que elas podem causar; a utilização de equipamentos convidativos, como um banco na sombra; entre outros aspectos pontuais para cada tipo de edificação.

Essas diretrizes, apontadas como fundamentais para um ambiente humanizado, servem como embasamento para o projeto como o que foi desenvolvido, de modo que a humanização começa a ser utilizada a partir de escolhas projetuais, como: materiais; espaços necessários; locação dos ambientes etc. Para que assim, obtenha-se uma edificação que transmita acolhimento, mas que também esteja voltada para o ensino, a recuperação e a troca entre os indivíduos frequentadores.

3 REFERENCIAL PROJETUAL

- **The Ada and the Tamar De Shalit House – Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica**

O Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, The Ada and the Tamar De Shalit House, foi fundado 2018 pelo grupo internacional "*No To Violence*", localizado próximo a cidade de Tel-Aviv em Israel. Projetado pelo escritório Amos Goldreich Architecture juntamente com a empresa local Jacobs-Yaniv Architects o abrigo tem o objetivo de proporcionar acolhimento para mulheres e crianças em dificuldades e abusos de qualquer lugar e/ou origem.

Figura 4 – Fachada secundária do abrigo.



Fonte: ArchDaily, 2018.

Em um terreno de 1.600m², o centro possui a capacidade de alojar até 12 famílias, e para um pleno funcionamento suas atividades são distribuídas em ambientes tais como: áreas comuns, jardim de infância, sala de informática, lavanderia, cozinha e refeitório, dependências independentes para cada família, acomodação de funcionários, áreas de escritório para o gerente do edifício e funcionários. Dentre os serviços oferecidos pela instituição há terapeutas artísticos, esteticistas, cabeleireiros, massagistas, praticantes de artes marciais, professores de ensino infantil e de informática – todos os serviços ministrados por voluntários (ARCHDAILY, 2018).

O edifício foi projetado ao redor de um grande pátio de onde se distribuem os ambientes acima citados; em planta baixa (Figura 5) pode-se observar que foi realizada uma setorização funcional, de modo que os alojamentos e os equipamentos de suporte diário (lavanderia, cozinha e refeitório, etc.) dos usuários ficam unidos de um lado do terreno e em uma única edificação. Já o “setor” administrativo fica do lado oposto juntamente com o jardim de infância,

Figura 6 – Material utilizado nas fachadas e aberturas para ventilação natural.



Fonte: ArchDaily, 2018.

Sobre o processo projetual, Goldreich disse o seguinte: “Admiro muito o trabalho do artista Eduardo Chillida e ao projetar este edifício, lembrei-me de um projeto específico, 'Okamoto', para o qual ele planejava escavar uma montanha. Isso evocou a ideia de pedra, escavada por dentro, deixando-a com duas superfícies: uma externa grosseira, enquanto a interna seria lisa e delicada. Esta analogia tornou-se o conceito principal do nosso edifício, que tem duas fachadas (Figura 7) – o exterior seguro e protetor, e a fachada interna, dando para o jardim central, o “coração” terapêutico do abrigo”.

Figura 7 – Fachada externa e fachada interna.



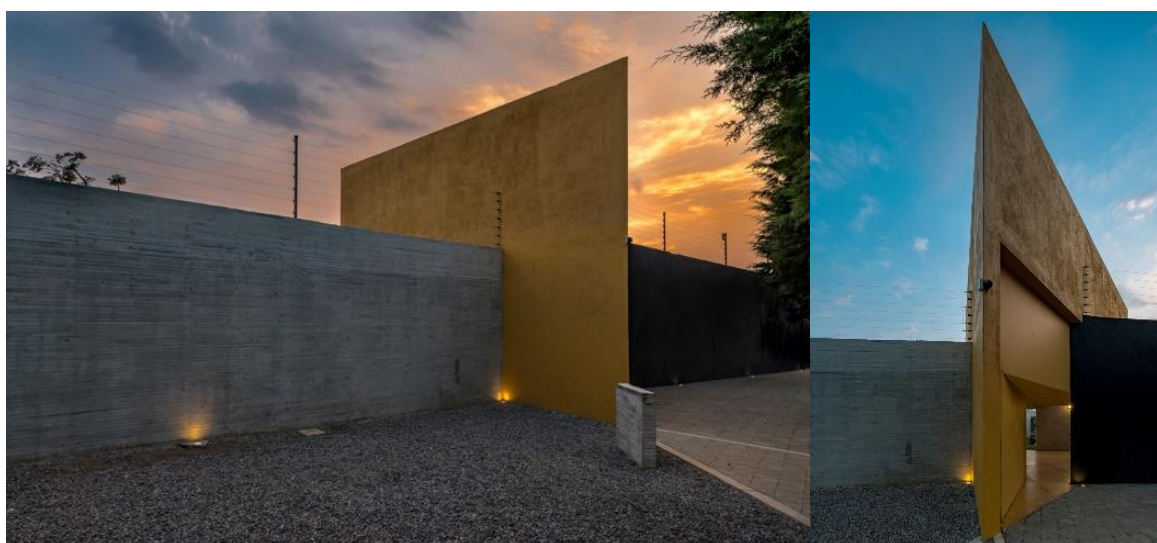
Fonte: ArchDaily, 2018.

Este projeto traz estratégias que asseguram as principais características que esse tipo de edificação precisa: um local seguro e harmônico. Seja a partir dos elementos físicos, com materiais locais; fachadas que transmitem a ideia do arquiteto; paisagismo incorporado na proposta do projeto; da setorização, que garante autonomia, dinamismo e interação entre os usuários; ou do programa funcional utilizado, que proporciona toda a assistência necessária e ainda oferece cursos e serviços diversos, pode-se dizer que o abrigo “The Ada and the Tamar De Shalit House” proporciona uma experiência satisfatória ao usuário.

- **Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência – ORIGEM 19°41' 53" N**

O Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência em Uruapan, no México, é um edifício de assistência social humanitária, que visa apoiar mulheres que sofrem ou já sofreram com a violência doméstica e/ou de gênero. O centro foi projetado no ano de 2017 pelos arquitetos Omar González Pérez e Hugo González Pérez, ambos do escritório ORIGEM 19°41' 53" N, e possui uma área construída de 1.226,64m².

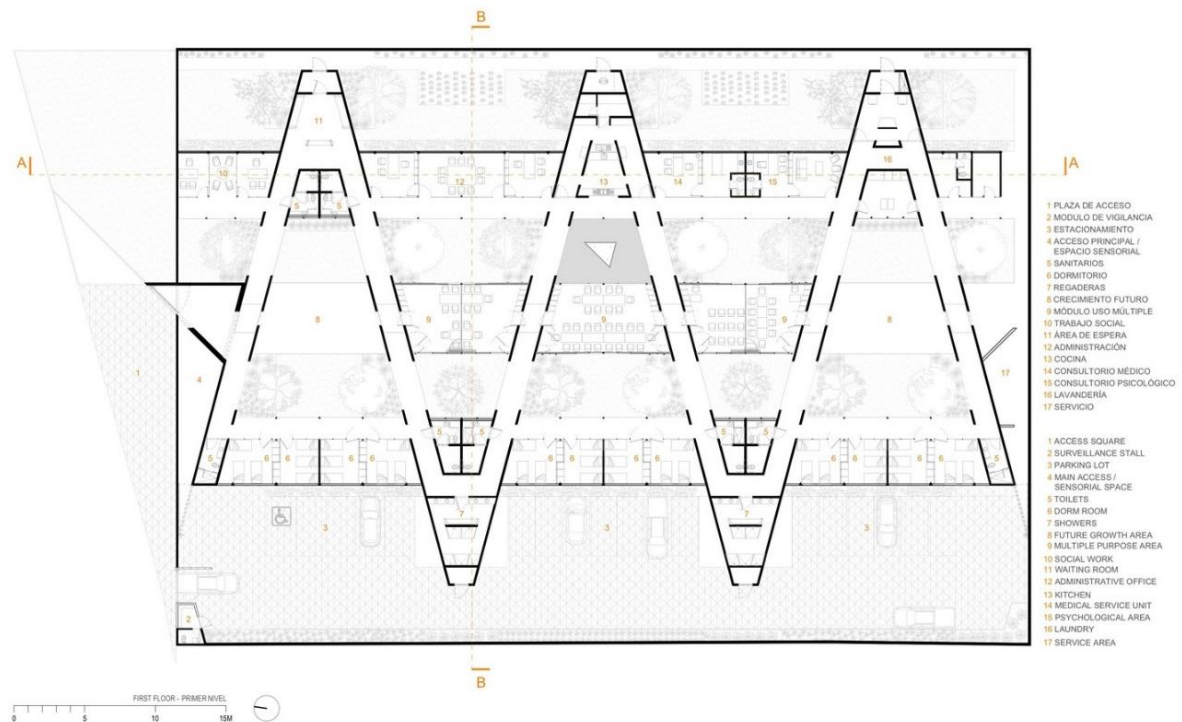
Figura 8 – Entrada principal do abrigo.



Fonte: Arquine, 2022.

A estrutura programática da instituição contém uma praça de acesso, um espaço sensorial de acolhimento (pátio de entrada), áreas de serviço social, dormitórios compartilhados, banheiros coletivos, lavanderia, cozinha e refeitório, consultórios (médico e psicológico), áreas administrativas e de atendimento ao usuário e sala de múltiplo uso. Estes ambientes estão distribuídos em uma planta baixa de formato triangular (Figura 9) – estabelecida por seu sistema de circulação diagonal – que proporciona uma certa privacidade entre um corredor e outro.

Figura 9 – Planta baixa da edificação.



Fonte: ArchDaily, 2022.

Os jardins dispostos na parte central (Figura 10) fazem com que a natureza se torne o verdadeiro núcleo do edifício, incentivando, assim, a relação usuário-natureza – importante propulsor de uma atmosfera revigorante, um refúgio visual que influencia positivamente o humor dos indivíduos que ali residem ou trabalham – além de auxiliar nas relações sociais de convivência (ARQUINE, 2022).

Figura 10 – Jardins internos.



Fonte: ArchDaily, 2022.

Esta influência que a edificação pode proporcionar aos usuários também está presente em outros pontos da edificação, como na própria entrada principal, que utiliza do contraste entre a escuridão e a luz para transmitir ao visitante uma analogia da luz no final do túnel, como o caminho para uma vida mais plena, conforme pode ser visto na figura 11.

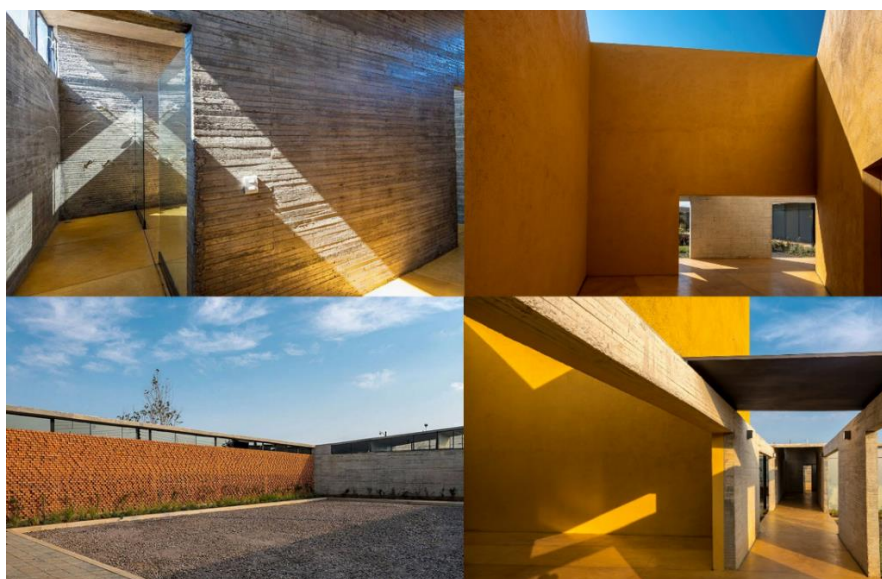
Figura 11 – Pátio de entrada.



Fonte: ArchDaily, 2022.

O uso dos materiais teve um papel fundamental na transmissão das sensações desejadas, de modo que as paredes de concreto aparente, por exemplo, foram utilizadas para atenuar a severidade do edifício; ou as paredes pintadas de amarelo, que tem ação antidepressiva e aumenta o otimismo. Além disso, também foi trabalhado com o tijolo aparente e pisos polidos, vistos na figura 12.

Figura 12 – Materiais utilizados na edificação.



Fonte: ArchDaily, 2022.

Este edifício foi criado com o intuito de dar suporte às mulheres vítimas de violência, já que há um déficit na garantia de direitos e segurança das mulheres no México, assim, essa proposta é necessária e eficiente. Ainda mais quando por exigência projetual, sua configuração foi pensada de forma flexível, permitindo alterar sua utilização, caso no futuro o problema da violência venha a ser erradicado.

Mesmo sendo projetado para ser uma edificação fluida em relação ao seu programa, o centro possui características muito marcantes que carregam a identidade da tipologia para qual foi criado, principalmente por apresentar ambientes com traços sensoriais, proporcionando aos usuários uma experiência única e transformadora.

- **Quadro resumo**

No quadro resumo (Quadro 1) apresentado a seguir serão tratados alguns elementos – programa funcional (ambientes); materiais utilizados; e proposta x vivência (proposta arquitetônica desenvolvida e a função que ela exerce na experiência do usuário) – de modo comparativo entre os projetos abordados anteriormente, destacando quais desses elementos servirão como embasamento projetual para o projeto do Casû – Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Natal/RN.

Quadro 1 – Quadro resumo dos estudos de referência.

Estudos de Referência Elementos Comparativos	The Ada and the Tamar De Shalit House – Amos Goldreich Architecture	Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência – ORIGEM 19°41' 53" N	Casû: Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Natal/RN
Programa Funcional	• Áreas comuns; • Jardim de infância; • Parquinho; • Sala de informática; • Lavanderia; • Cozinha; • Refeitório; • Sala de TV; • Dependências independentes; • Acomodação de funcionários; • Copa • Sala de reunião; • Jardim de ervas; • Área de escritórios.	• Praça de acesso; • Módulo de vigilância; • Pátio de entrada (espaço sensorial); • Área de serviço social; • Dormitórios compartilhados; • Banheiros coletivos; • Lavanderia; • Cozinha; • Refeitório; • Consultório médico; • Consultório psicológico; • Área administrativa; • Área de atendimento ao usuário; • Sala de múltiplo uso.	• Área administrativa; • Sala de Reuniões; • Sala de Assistência Social; • Sala de Atendimento Jurídico; • Consultório Psicológico; • Consultório Médico; • Cozinha; • Refeitório; • Lavanderia; • Copa; • Sala de Descanso (Funcionários); • Guarita; • Salas Multiuso; • Playground; • Horta; • Sala de TV; • Praça de Visitação; • Módulos de Moradia.
Materiais Utilizados	• Tijolos de silicato; • Metal; • Vidro.	• Betão (concreto) aparente; • Paredes pintadas de amarelo; • Tijolo aparente; • Vidro • Piso polido.	• Concreto; • Tijolo aparente; • Paredes coloridas; • Vidro.
Proposta x Vivência	• Segurança (externo) e acolhimento (interno); • Independência das usuárias.	• Experiência sensorial; • Relação usuário-natureza.	• Segurança (externo) e acolhimento (interno); • Independência das usuárias; • Relação usuário-natureza.
Fonte: Autora, 2022.			

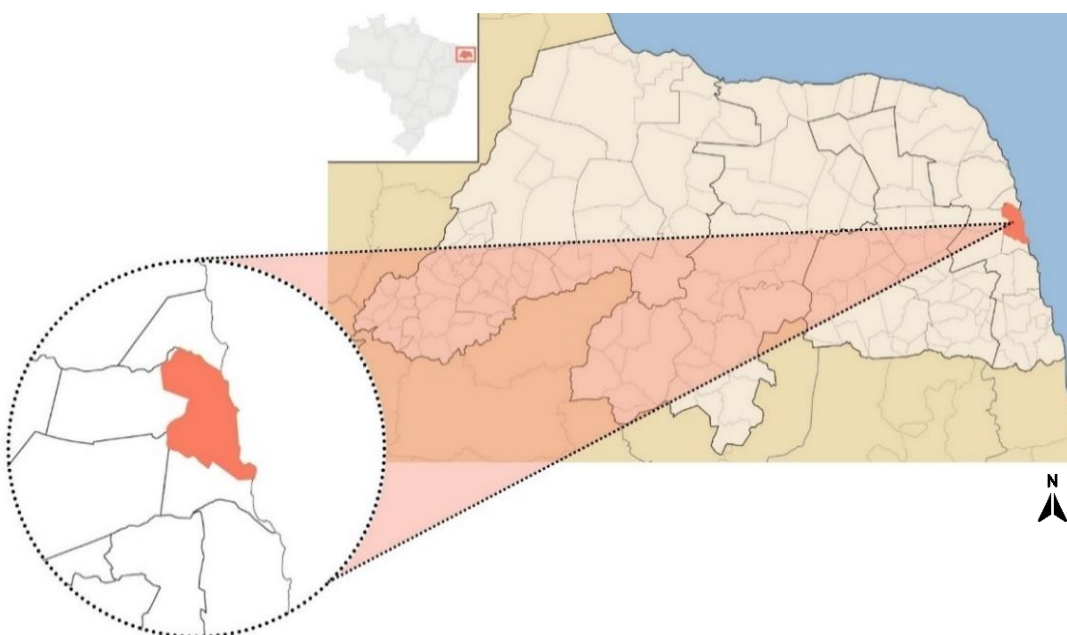
4 LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 LOCALIZAÇÃO DO TERRENO E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO

- Localização do Terreno

A cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte (RN), onde este projeto foi inserido, foi fundada em 1599 às margens do Rio Potengi. Popularmente conhecida como Cidade do Sol, o município localizado no nordeste do país possui clima tropical e é famoso por suas belezas naturais, composta por praias, dunas e lagoas.

Figura 13 – Mapa do Rio Grande do Norte com destaque para o mapa de Natal.



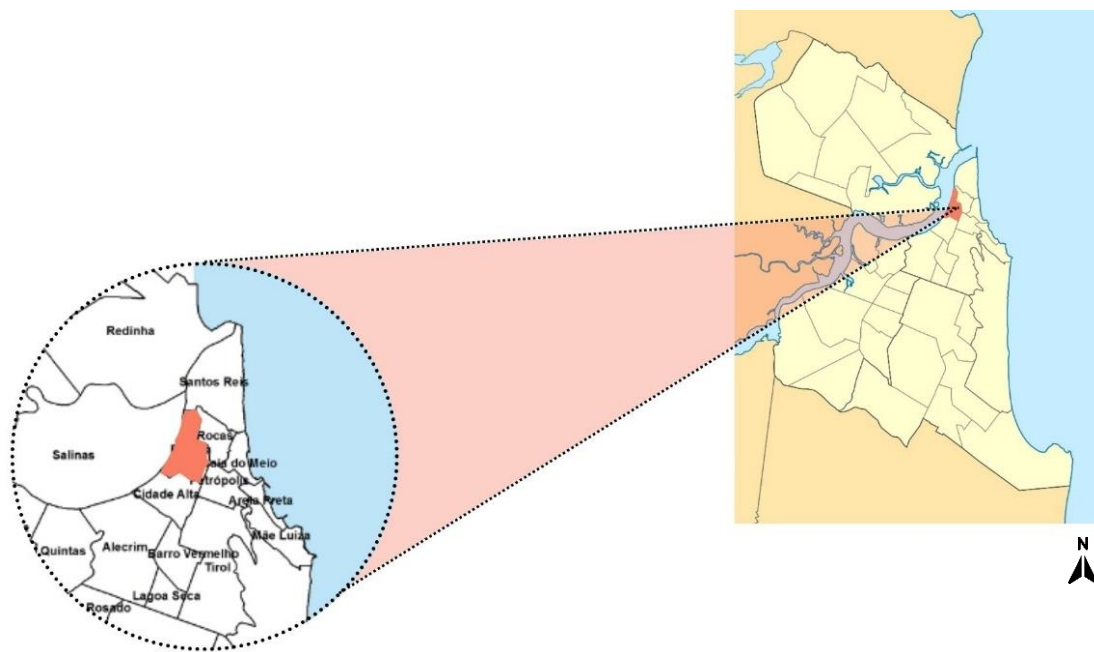
Fonte: Raphael Lorenzeto, 2006, adaptado pela Autora, 2022.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município cujo bioma é composto pela caatinga e mata atlântica, apresenta uma área territorial de 167,401km² (2021) e 803.739 habitantes (2010); suas condicionantes sanitárias e urbanas possuem os seguintes percentuais: esgotamento sanitário adequado (2010) – 61,8%; arborização de vias públicas (2010) – 44,7%; e urbanização de vias públicas (2010) – 16,5%.

O terreno em que foi inserido o projeto está localizado na zona leste de Natal, nos limites do bairro da Ribeira – que faz fronteira com o rio Potengi (a oeste), os bairros de Santos Reis e Rocas (a norte), Tirol e Petrópolis e Rocas (a leste) e Cidade Alta (a sul). Neste bairro histórico do município estão presentes algumas instituições governamentais, comércio variados e áreas residenciais. Este foi escolhido por afinidade da discente com a cidade, assim como por ser a

cidade em que esta autora mora e que irá desenvolver seus trabalhos futuros. Apesar de ser da cidade, por ter cursado Arquitetura e Urbanismo na cidade de Pau dos Ferros/RN, optou-se pela escolha deste local para que se tivesse uma experiência de projetar em sua cidade natal.

Figura 14 – Mapa de Natal/RN com destaque para o bairro da Ribeira.



Fonte: Wikimedia Commons, 2021, adaptado pela Autora, 2022.

Apesar do terreno escolhido estar localizado em uma zona adensável, a área ainda apresenta pouca densidade populacional segundo dados do SEMURB e IBGE (2018)⁸. De modo que o bairro possui acessos facilitados ao local do projeto desenvolvido, onde viaturas, ambulâncias, caminhões de bombeiros etc. podem chegar sem transtorno e de forma rápida, principalmente por haver uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) próximo e equipamentos de saúde também, como será visto posteriormente. Na figura 11 pode-se ver a localização do terreno:

⁸ Informação retirada da Revisão do Plano Diretor de Natal, 2019. Disponível em: https://planodiretor.natal.rn.gov.br/anexos/apresentacao/Apresentacao_Oficinas_Plano_Diretor_Ago_Set_2019-02.09.19.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

- Diagnóstico do Entorno

A local, onde será inserido o projeto, fica em uma área predominantemente residencial, mas também conta com muitas instituições (municipais, estaduais e federais), edificações de serviço e edifícios e/ou lotes sem uso. As ruas ao redor do terreno podem ser vistas a seguir:

Figura 17 – Entorno do terreno.



Fonte: Autora, 2022.

Próximo ao local há duas instituições de ensino, um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil, na Rua Esplanada Silva Jardim) – importante equipamento para aquelas mulheres que tem filhos menores – e um campus do IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Rua das Donzelas) – que poderá oferecer educação técnica, atendendo tanto os filhos das mulheres amparadas pelo centro (Casû) quanto elas mesmas.

Outros importantes equipamentos de ensino e cultura localizados na Cidade Alta (bairro circundante ao bairro da Ribeira) são: o SESC Rio Branco e Cidade Alta (Serviço Social do Comércio) – que oferecem serviços de lazer, saúde, cultura e assistência – o SESI Solar Bela Vista (Serviço Social da Indústria) – onde já funcionou uma escola de música, um auditório e salas de leitura, e atualmente é um espaço cultural para eventos – o Teatro Alberto Maranhão, o Palácio da Cultura – Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte e alguns museus – pois por se tratar de um bairro antigo, apresenta uma concentração de importantes equipamentos fomentadores da cultura e da história no estado.

Ao analisar os equipamentos de saúde, há o Centro Odontológico Morton Mariz – que funciona 24h por dia, de domingo a domingo, atendendo a todos os que necessitem do serviço, localizado a 400m do local; a 700m fica o Centro Integrado de Serviços em Saúde (Unidade Pescadores). Além disso, o Hospital Universitário Onofre Lopes, a Maternidade Escola Januário Cicco e o Hospital Infantil Varela Santiago ficam a 1km de distância. Por fim, é importante destacar a presença de uma DEAM a 750m, para dar todo suporte necessário. A localização de todos os equipamentos citados anteriormente pode ser vista na Figura 18, assim como a localização do projeto em relação a eles.

Figura 18 – Instituições e equipamentos presentes no entorno do terreno.

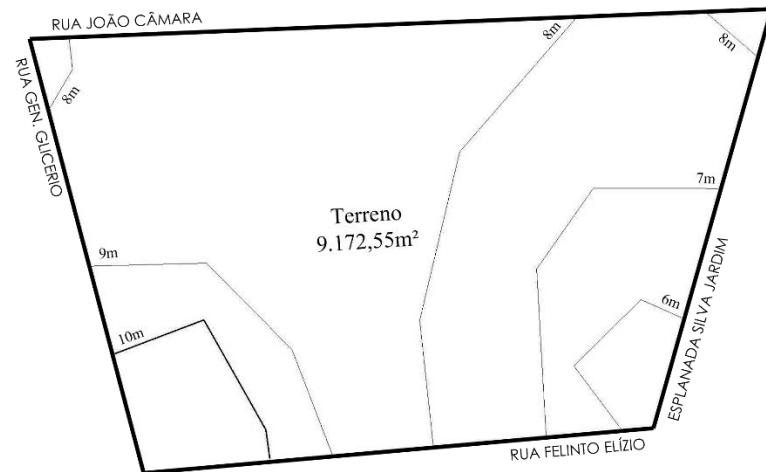


Fonte: Google Earth adaptado pela Autora, 2022.

Foi feito ainda um mapa de uso e ocupação para identificar as principais características do entorno. Deste modo, a seguir, pode-se visualizar os lotes, em um raio de 250m do local de implantação, com seus devidos usos. As edificações presentes no entorno da área de intervenção, em um raio de 250m, são em sua maior parte térreas; a segunda predominância são as de um pavimento; apenas uma, vizinha ao terreno, possui três pavimentos; e outras sete possuem mais de quatro pavimentos, em que nestas seis são edifícios multifamiliares e apenas uma é de uso institucional.

campo de futebol, atualmente encontra-se alinhado para os devidos fins. Portanto, para a locação do Casû não foi necessária nenhuma adequação no terreno, como pode ser visto a seguir, na figura 22:

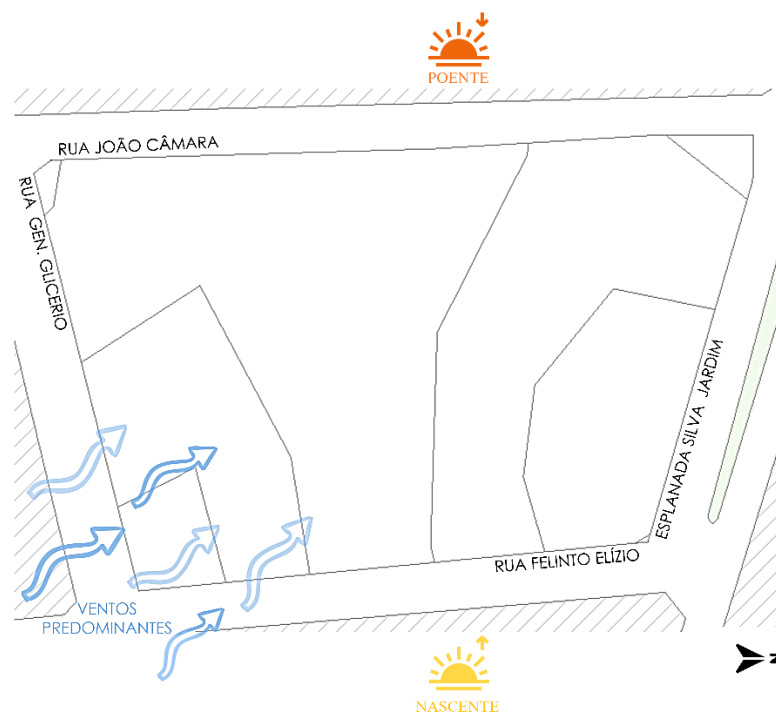
Figura 22 – Curvas de Nível do Terreno.



Fonte: Autora, 2022.

Na figura 23, pode-se observar no lote que a fachada frontal se volta para o Norte, consequentemente a direção do sol nascente e poente está para as fachadas laterais; e a predominância dos ventos em Natal/RN é para sudeste durante todo o ano.

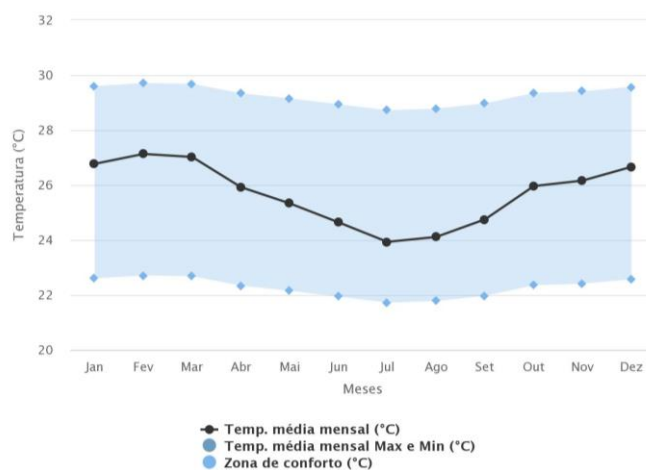
Figura 23 – Insolação e Ventilação no Terreno.



Fonte: Autora, 2022.

Ao tomar conhecimento disso, é inevitável não pensar no conforto térmico da edificação implantada, e para isso a plataforma ProjetEEE define temperatura de conforto como sendo “a que provoca uma sensação térmica neutra”, de modo que pode variar de pessoa para pessoa e de localidade para localidade, já que o ser humano possui capacidade de adaptação e percepções físicas diferentes. Assim, para a cidade de Natal, quando a edificação possuir ventilação natural, o local estará em zona de conforto, como pode ser visto no gráfico de temperatura e zona de conforto, a seguir:

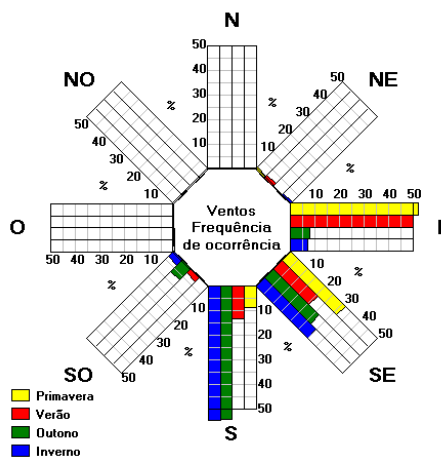
Figura 24 – Gráfico de Temperatura e Zona de Conforto.



Fonte: ProjetEEE, 2022.

Seguidamente foi visto os resultados encontrados ao gerar a rosa dos ventos de Natal/RN, através do software SolAr (figura 25), na qual pode-se atestar o que foi dito anteriormente, mostrando a predominância dos ventos para sudeste o ano inteiro; e apresentando também predominância para o leste e sudeste na primavera e verão; e para sul e sudeste no outono e inverno.

Figura 25 – Rosa dos Ventos de Natal/RN.



Fonte: Autora, 2022.

Base de dados: SolAr, 2022.

Após esta análise, pensou-se em algumas estratégias bioclimáticas para gerar conforto ao usuário (figura 26), dentre elas estão: a ventilação natural – que proporciona a renovação do ar e o resfriamento, obtido através da ventilação cruzada ou ventilação por efeito chaminé – o sombreamento – gerado pela própria edificação projetada ou por vegetações – e o resfriamento evaporativo – processo de evaporação da água que retira calor do ambiente (ProjetEEE, 2022).

Figura 26 – Estratégias bioclimáticas utilizadas.



Fonte: ProjetEEE, 2022.

Tais estratégias estarão presentes na proposta apresentada, de modo a promover as melhores situações de conforto dentro da edificação.

4.3 CONDICIONANTES LEGAIS

Para iniciar o projeto foi necessário aprofundar os estudos na legislação vigente no município de Natal, no caso do Plano diretor e do Código de Obras; nas diretrizes que seriam necessárias para garantir a segurança do usuário, através do Decreto Nº 56.819 de 10 de março de 2011 do estado de São Paulo; e nas normas que teriam relevância no desenvolvimento projetual, como a NBR 9050/2020 e a NBR 15220-3/2005.

Por meio da Lei Complementar Nº 208 de 07/03/2022 (v.01) – que trata do zoneamento e prescrições urbanísticas de Natal – o bairro da Ribeira, onde o terreno está localizado se situa em uma zona adensável – aquela onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso, possibilitem um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos de coeficiente de aproveitamento (Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007). Assim, apresenta as seguintes prescrições:

Tabela 1 – Resumo das Prescrições Urbanísticas de Natal.

Coeficiente de Aproveitamento máximo	2
Ocupação máxima	80%
Permeabilidade mínima	20%, podendo chegar a 10 em caso de sistema de infiltração no lote.
Recuo Frontal	3 + H/10, limitados a 7,00m, podendo ser mantidos constantes nessa distância até o gabarito máximo.
Recuos Laterais	Térreo: Não Obrigatório; 2º Pavimento: 1,50 numa das laterais; Acima 2º Pav: 1,50 + H/10, limitados a 7,00m, podendo ser mantidos constantes nessa distância até o gabarito máximo definido.
Recuo Fundos	Térreo: Não Obrigatório; 2º Pavimento: Não Obrigatório; Acima 2º Pav: 1,50 + H/10, limitados a 7,00m, podendo ser mantidos constantes nessa distância até o gabarito máximo definido.
Fonte: Autora, 2022. Base de Dados: Lei Complementar nº 208, 2022.	

A Lei Complementar Nº 055, de 27 de janeiro de 2004, que estabelece o código de obras e edificações do município de Natal, em seu Art. 158 enuncia que “Todos os logradouros públicos e edificações públicas ou privadas de uso coletivo, devem garantir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida (...)”. Desse modo, o item VIII reserva uma unidade de moradia adaptada para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Figura 27), já que o projeto do Casû contém 38 unidades de moradia temporária.

Figura 27 – Trecho da LC Nº 055, em que trata da disposição de unidades adaptadas.

VIII – Hotéis, apart-hotéis ou similares devem dispor de unidades de hospedagem adaptadas às pessoas portadoras de deficiência motora, e/ou com mobilidade reduzida na proporção definida na tabela abaixo:

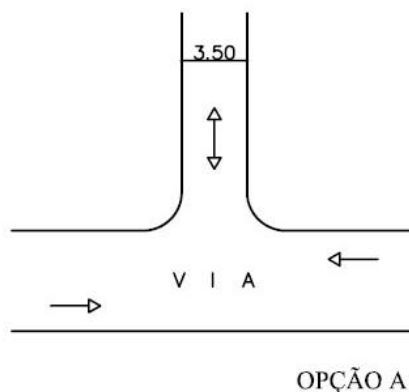
Total de unidades	Unidades adaptadas
Até 03	-
De 04 a 50	1
Acima de 50	2%

Nota: No cálculo do percentual deverá ser utilizado o número inteiro maior.

Fonte: Lei Complementar Nº 055, 2004, adaptado pela Autora, 2022.

Ainda pela LC N° 055, os acessos por via local podem ser feitos por qualquer via, desde que atendam a opção dada como exemplo, como pode ser visto a seguir:

Figura 28 – Opção de acesso para via local.



Fonte: Lei Complementar N° 055, 2004, adaptado pela Autora, 2022.

O projeto pode se encaixar como um empreendimento do tipo “Edifício para prestação de serviço geral” e por ter acessos apenas por vias locais o Código de Obras dispõe que o projeto deve apresentar estacionamento com 1 vaga/45m², e ainda exige que haja depósito de lixo, como está destacado na Figura 20:

Figura 29 – Trecho da LC N° 055, em que trata da relação edificação-tráfego.

EMPREENHIMENTOS			
1- Centro de compras (shopping centers)			
2- Loja de departamento e especializada			
3- Mercado, supermercado, padaria e hipermercado			
4- Entrepósito, terminal, armazenamento, depósito, comércio atrator de veículos pesados e similares			
5- Comércio atacadista atrator de veículos leves e similares			
6- Edifício para prestação de serviço geral			

VIAS			EXIGÊNCIAS
ARTERIAIS	COLETORAS	LOCAIS	
1 vaga / 15m ²	1 vaga / 20m ²	1 vaga / 25m ²	Parada de ônibus de turismo e urbano, táxi, carga e descarga, embarque e desembarque, lixo
1 vaga / 20m ²	1 vaga / 25m ²	1 vaga / 30m ²	
1 vaga / 45m ²	1 vaga / 50m ²	1 vaga / 55m ²	Carga e descarga, táxi, embarque e desembarque, lixo
1 vaga / 50m ²	1 vaga / 55m ²	1 vaga / 60m ²	
1 vaga / 35m ²	1 vaga / 40m ²	1 vaga / 45m ²	Carga e descarga, táxi, embarque e desembarque, lixo
1 vaga / 200m ²	1 vaga / 250m ²	1 vaga / 300m ²	Carga e descarga, lixo
1 vaga / 50m ²	1 vaga / 60m ²	1 vaga / 70m ²	Carga e descarga, lixo
1 vaga / 35m ²	1 vaga / 40m ²	1 vaga / 45m ²	Lixo

Fonte: Lei Complementar N° 055, 2004, adaptado pela Autora, 2022.

Já no Corpo de Bombeiros, pelo Decreto Nº 56.819 de 10 de março de 2011 do estado de São Paulo, a edificação pode ser classificada como de serviço profissional na divisão D-1, que é para locais para prestação de serviço profissional ou condução de negócio. Está realçado a seguir na tabela de classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação:

Figura 30 – Classificação da edificação no Corpo de Bombeiros.

D	Serviço profissional	D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, centros profissionais e assemelhados
		D-2	Agência bancária	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviço de reparação (exceto os classificados em G-4)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros
		D-4	Laboratório	Laboratórios de análises clínicas sem internação, laboratórios químicos, fotográficos e assemelhados

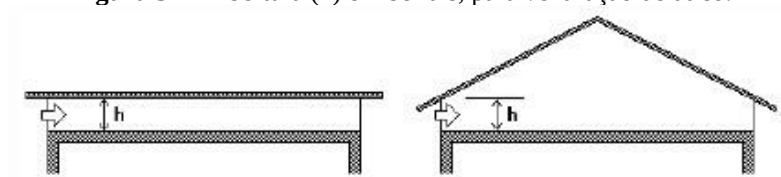
Fonte: Decreto Nº 56.819, 2011, adaptado pela Autora, 2022.

A partir desta classificação o decreto indica as medidas de segurança contra incêndio que devem ser utilizadas na edificação; no caso do Casû, por ser uma edificação térrea e com área superior a 750m², serão necessários: **acesso de viatura na edificação**; segurança estrutural contra incêndio; compartimentação horizontal (áreas); **controle de materiais de acabamento**; **saídas de emergência**; **brigada de incêndio**; iluminação de emergência; alarme de incêndio; sinalização de emergência; extintores; hidrante e mangotinhos.

Outra diretriz importante para o desenvolvimento projetual é a NBR 9050/2020, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Com base nela foi definido os acessos e circulações, que devem atender todas as pessoas, de modo que deve haver a utilização de escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos quando necessário, com inclinação transversal permitida de até 2% para pisos internos e de até 3% para pisos externos; as rampas, utilizadas para superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%; a quantidade de vagas de estacionamento reservadas para pessoas com necessidades, que no caso de pessoas idosas são de 5% das vagas totais, e para pessoas com necessidades são de 2%; os mobiliários utilizados nas áreas comuns (como na praça de visitação), que devem fornecer assentos adequados e com um módulo de referência (M.R.) ao lado desses assentos, outros equipamentos comuns que devem ter dimensões locais adequadas são as lixeiras e bebedouros e a configuração dos banheiros acessíveis, onde deve haver a destinação para pessoas com necessidade de 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, onde houver sanitários; apresentando, ainda, modelos de layout para esses banheiros.

De acordo com a NBR 15220-3/2005, que trata do desempenho térmico de edificações, sendo a parte 3 onde há a definição do zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social, Natal/RN está inserida na zona bioclimática 8 e, a partir disso, a norma estabelece estratégias construtivas para as edificações implantadas neste local, dentre elas há: as aberturas para ventilação, que devem ser grandes; o sombreamento dessas aberturas, que devem ser sombreadas; e o tipo de vedação; em que tanto para paredes quanto para cobertura devem ser leve refletora. A norma indica também a utilização de aberturas para ventilação do ático, como pode ser visto a seguir:

Figura 31 – Abertura (h) em beirais, para ventilação do ático.



Fonte: NBR 15220-3, 2005, adaptado pela Autora, 2022.

5 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

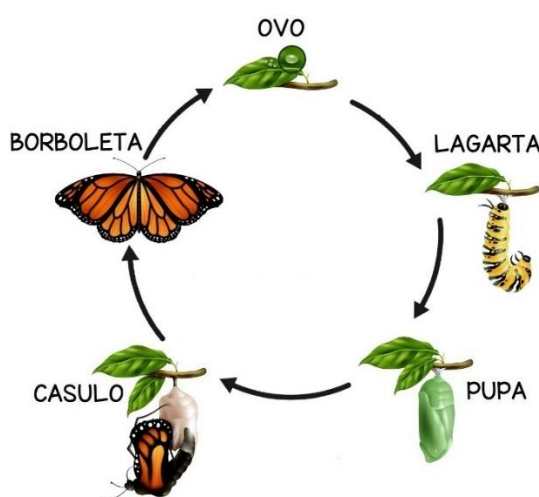
5.1 PÚBLICO-ALVO

Este projeto tem como público-alvo mulheres vítimas de violência doméstica, de modo a abranger sua cobertura de atendimento para seus filhos. Oferecendo, assim, um suporte a mulheres de todas as faixas etárias e crianças e adolescentes até os 17 anos de idade, ou aqueles maiores de idade que ainda dependam dos cuidados da mãe, como pessoas com deficiência.

5.2 CONCEITO

O projeto do Centro de Acolhimento para Mulheres vítimas de Violência Doméstica denominado de “Casû”, recebeu esse nome derivado da nomenclatura “Casulo”, que segundo a entomologia significa “envoltório de seda construído pelas larvas de insetos holometabólicos, dentro do qual passam o período de pupa”; já no sentido figurado significa “abrigo, proteção, casca” (OXFORD, 2022). E é a partir do seu sentido figurado que o casulo é tomado como conceito deste trabalho, sem deixar de levar em consideração o seu sentido literal; afinal, é no período de pupa, dentro do casulo, que ocorre a transformação da lagarta em borboleta. A imagem a seguir pode ilustrar esse processo do ciclo de vida da borboleta, mostrando as fases que foram tomadas como base para o conceito projetual.

Figura 32 – Ciclo de vida da borboleta.



Fonte: Atividades Diversificadas, 2021.

É mediante esta ideia que o projeto foi conceituado, como uma edificação protetora, que ofereça abrigo e segurança para aquelas mulheres que sofreram algum tipo de violência; em que dentro do edifício, em suas instalações e por meio de seu programa funcional, aconteça a

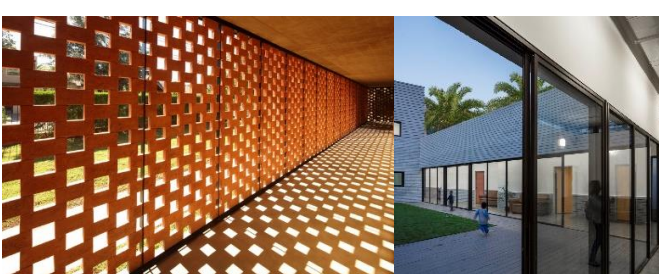
transformação dessas mulheres em borboleta, que conseguiram se recuperar e estarão prontas para voar, recomeçando suas vidas. Esta evolução pode ser mais bem visualizada a seguir:

Casulo > Transformação > Borboleta > Voo Livre > Recomeço

5.3 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Levando em consideração o conceito adotado e a ideia principal de projetar um ambiente seguro e de cura; o partido arquitetônico deste projeto foi pautado nos materiais, na humanização e na forma, de modo que o material externo predominante utilizado foi o bloco cerâmico com revestimento de ripas de concreto, simulando o concreto aparente, com a intenção de passar uma sensação de rigidez e proteção, por meio dessa estrutura, que como em um casulo, fornece abrigo. Já internamente, foi utilizado tijolo aparente como um elemento vazado e vidro nas janelas; com o intuito de incentivar as relações interpessoais e impulsionar o processo de cura; para que a “transformação” ocorra e que aqueles espaços auxiliem isso de forma leve e harmônica.

Figura 33 – Materiais utilizados no projeto.

Ripas de concreto	Tijolo aparente + Vidro
	

Fonte: Compilação da Autora, 2022.⁹

É importante destacar que os materiais utilizados contribuem com a humanização arquitetônica quando relacionamos este termo ao conforto, portanto, os materiais favorecem a sensação de conforto nos ambientes internos e externos. Neste projeto também foram adotados jardins como núcleo principal de cada edificação, com o objetivo de estreitar a relação usuário-natureza e permitir que esta interação ajude na recuperação. Além disso, o programa funcional conta com uma praça de visitação, pensada para que as mulheres em reclusão possam receber

⁹ Imagem 1: Brasmix Comércio e Importação Ltda, 2020/ Imagem 2: Gustavo Sosa Pinilla, 2016. Imagem 3: Amit Geron, 2018.

visitas de parentes e amigos, já que quando as vítimas entram em uma instituição desse tipo são afastadas de sua rotina e do seu meio familiar, portanto esta estratégia veio para amenizar os impactos que essas mudanças podem ocasionar na vida das vítimas de violência.

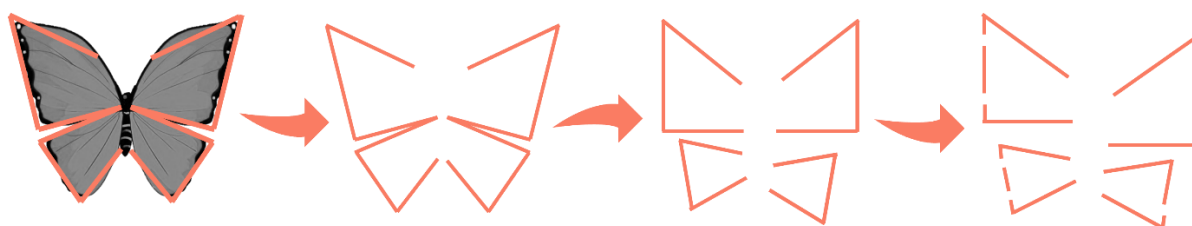
Figura 34 – Exemplos das estratégias de humanização adotadas.



Fonte: Compilação da Autora, 2022.¹⁰

Por fim, foi pensado que a forma da edificação poderia ser um partido do projeto por meio do conceito que fora definido previamente. Logo, o desmembramento das asas de uma borboleta pôde proporcionar a definição da forma dos blocos da instituição, que durante o processo projetual foi feita uma subtração na figura inicial dos blocos, para melhor aproveitamento do espaço e como estratégia de melhorar a ventilação entre eles, até que seja definida a estética final.

Figura 35 – Processo de definição da forma.



Fonte: Autora, 2022.

5.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades apresentado a seguir (Tabela 2) foi elaborado com base nos estudos de referência realizados anteriormente e com o auxílio da Norma Técnica de

¹⁰ Imagem 1: Pinterest, 2022 / Imagem 2: Luís Queiroz, 2018.

Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que apesar de se tratar de um outro tipo de instituição apresenta um programa de atendimento e assistência a mulher vítima de violência que é bastante relevante para este trabalho.

Desse modo, a norma indica que o espaço físico dos Centros de Referência deve conter, no mínimo:

- Recepção – composta por 3 salas: 1 com assentos; 1 para o atendimento geral; e ligada a esta; 1 sala dirigida a estudos.
- Atendimento – dividido em 1 sala de espera, 1 sala para atendimento jurídico, 1 para o atendimento psicológico, 1 mais para o atendimento social e 1 última sala que deve ser ampla o suficiente para promover o atendimento de grupos.
- Coordenação – composta por 3 salas: 1 para a coordenação, 1 para o arquivo e 1 última para reuniões.
- Apoio – deve prever 1 sala para almoxarifado, 1 sala de estar para a equipe e 1 copa.
- Áreas comuns – compostas por dois banheiros femininos e um masculino, uma brinquedoteca, uma sala para atividades e uma área verde (BRASIL, 2006).

Já o pré-dimensionamento foi feito levando em consideração que o centro fornecerá abrigo para quarenta mulheres e seus filhos (caso tenham); além disso foram analisadas as semelhanças dos ambientes de cada setor com os projetos estudados ao longo da graduação em arquitetura e urbanismo, para ter como base as cartilhas, normas e outros documentos para nortear o dimensionamento de cada ambiente.

Para tanto, os espaços administrativos como: recepção, secretaria, coordenação, direção, sala de reuniões e almoxarifado foram dimensionadas de acordo com Manual de Orientações Técnicas – Elaboração de Projetos de Edificações Escolares (FNDE, 2017), assim como os setores de serviço e social/lazer. Já a sala de assistência social; sala de atendimento jurídico; consultório psicológico; consultório médico e sala de apoio médico tiveram como referência a RDC N° 50 (BRASIL, 2002). E por fim, os módulos de moradia tiveram suas dimensões definidas a partir do layout necessário para cada quarto, com capacidade para acomodar três pessoas.

Tabela 2 – Programa de necessidades com pré-dimensionamento dos ambientes.

Setor/Função	Ambiente	Pré-dimensionamento
Administrativo/Apoio	Recepção (Atendimento ao público)	10m ²
	Secretaria (Orientação)	10m ²
	Coordenação	10m ²

	Direção	10m ²
	Sala de Reuniões	25m ²
	Almoxarifado (Depósito)	5m ²
	Sala de Assistência Social	10m ²
	Sala de Atendimento Jurídico	10m ²
	Consultório Psicológico	12m ²
	Consultório Médico	12m ²
	Enfermaria	12m ²
Serviço	Garagem (Funcionários)	150m ² (12 vagas)
	Estacionamento (Visitantes)	120m ² (10 vagas)
	Cozinha	25m ²
	Refeitório	150m ²
	Lavanderia	25m ²
	Copa	8m ²
	Despensa e DML	5m ²
	Recepção/pré-higienização de alimentos	2m ²
	Sala de Descanso (Funcionários)	30m ²
	Guarita (com WC)	10m ²
	Central de Segurança 24h (com WC)	12m ²
	Sala Nutricionista	8m ²
	Depósito de Lixo	-
Social/Lazer	Salas Multiuso	30m ² cada (6 Salas)
	Sala de Reforço Escolar	20m ²
	Sala de Leitura	30m ²
	Auditório	100m ²
	Brechó	20m ²
	Brinquedoteca	50m ²
	Playground	-
	Horta	-
	Sala de TV	15m ²
	Academia	-
	Praça de Visitação	-
Habitação	Módulos de Moradia (Quartos com BWC e Copa)	18m ²

Fonte: Autora, 2022.

5.5 DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIOS

Para o dimensionamento dos reservatórios de água fria do projeto foi utilizada a norma técnica 003/2017 do Serviço Autônomo de água e Esgoto – SAAE de Sete Lagoas – MG. Assim, os cálculos foram feitos por categorias de uso da edificação, já que o dimensionamento

é feito por pessoa. Logo, pela quantidade de moradoras, foi utilizado a referência para construções de alojamento provisório; pela quantidade de funcionários que trabalham na edificação, foi totalizado cerca de 25 funcionários fixos, em que sua maioria exerce funções de escritório, portanto será calculado através dessa perspectiva; para contabilizar o consumo do refeitório foi utilizada a referência de restaurantes de modo a levar em consideração todas as pessoas que comerão no local; ao definir toda a área permeável pôde-se calcular quantos litros serão utilizados para manutenção dos jardins. O consumo médio para cada tipo de construção citada pode ser visto a seguir:

Figura 36 – Tabela de consumo médio.

Tabela 01 – Estimativa de consumo predial diário

Tipo de construção	Consumo médio (litros/dia)
Alojamentos provisórios	80 por pessoa
Casas populares ou rurais	200 por pessoa
Residências	
Apartamentos	
Hotéis (s/cozinha e s/ lavanderia)	120 por hóspede
Escolas - internatos	150 por pessoa
Escolas - semi internatos	100 por pessoa
Escolas - externatos	50 por pessoa
Quartéis	150 por pessoa
Edifícios públicos ou comerciais	50 por pessoa
Escritórios	50 por pessoa
Cinemas e teatros	2 por lugar
Templos	2 por lugar
Restaurantes e similares	25 por refeição
Garagens	50 por automóvel
Lavanderias	30 por kg de roupa seca
Mercados	5 por m ² de área
Matadouros - animais de grande porte	300 por cabeça abatida
Matadouros - animais de pequeno porte	150 por cabeça abatida
Postos de serviço p/ automóveis	150 por veículo
Cavalariças	100 por cavalo
Jardins	1,5 por m ²
Orfanato, asilo, berçário	150 por pessoa
Ambulatório	25 por pessoa
Creche	50 por pessoa
Oficina de costura	50 por pessoa

Fonte: Serviço Autônomo de água e Esgoto, 2017.

Capacidade de mulheres atendidas: 38 mulheres;

Média de 2 filhos por mulher: 76;

Média de quantidade de moradores total: 114 moradores;

$$80 \times 114 = \mathbf{9.120 \text{ litros por dia.}}$$

Total de funcionários: 25 funcionários;

$$50 \times 25 = \mathbf{1.250 \text{ litros por dia.}}$$

114 moradores + 25 funcionários = 139 pessoas;

$$25 \times 139 = \mathbf{3.475 \text{ litros por dia.}}$$

3778,18m² de área permeável;

$$1,5\text{m}^2 \times 3778,18\text{m}^2 = \mathbf{5.667,27 \text{ litros por dia.}}$$

Por fim, foi feito o dimensionamento de quantos litros serão utilizados por dia e seguidamente de como distribuir em reservatórios superior e inferior. Em que o total por dia foi de 19.512,27 litros, como está explanado a seguir:

$$9.120 + 1.250 + 3.475 + 5.667,27 = \mathbf{19.512,27 \text{ litros por dia.}}$$

O reservatório deve apresentar capacidade para 2 dias, portanto:

$$19.512,27 \times 2 = \mathbf{39.024,54 >> 40.000 \text{ litros}}$$

O reservatório inferior e superior fora calculado da seguinte maneira:

Inferior: 40.000L x 0,6 = 24.000L

$$24.000\text{L} + 5.000\text{L (reserv. p/ águas pluviais)} = \mathbf{29.000 >> 30.000 \text{ litros.}}$$

Superior: 40.000L x 0,4 = 16.000L

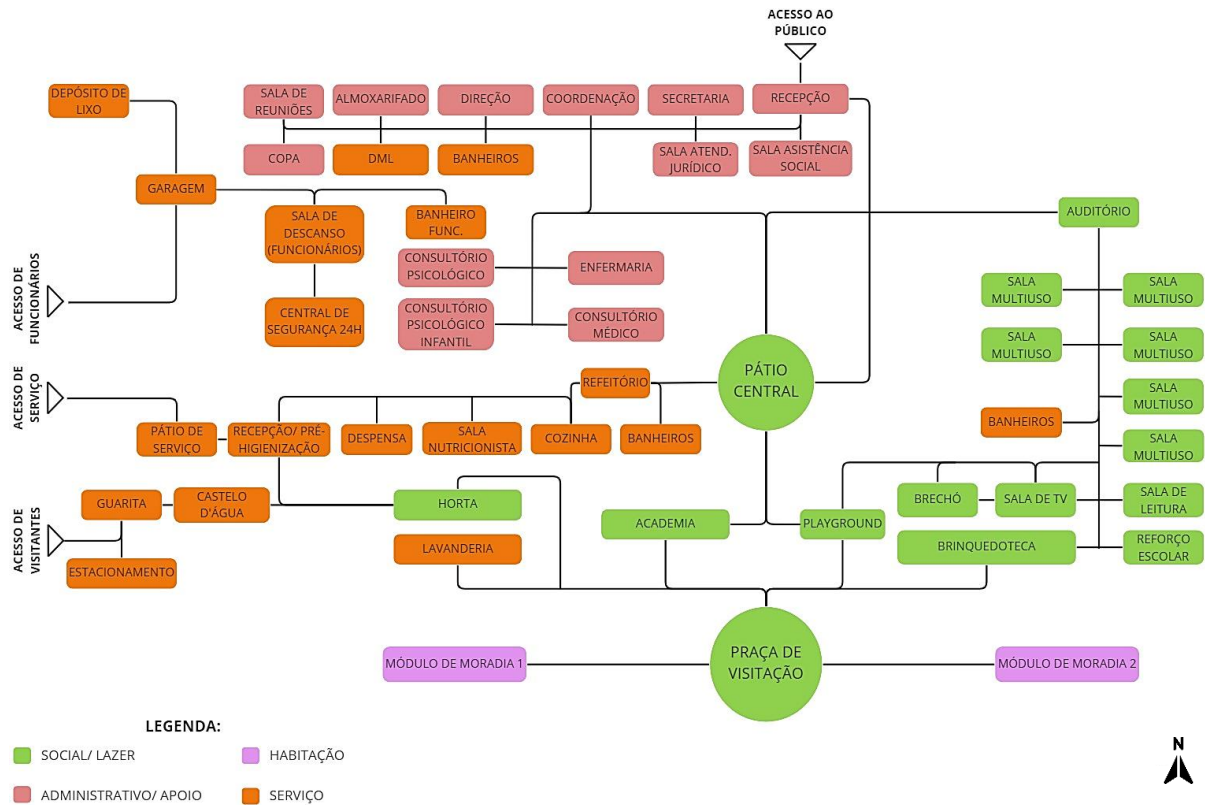
$$16.000\text{L} + 8.000 \text{ (reserv. p/ RTI)} = \mathbf{24.000\text{L} >> 25.000 \text{ litros.}}$$

5.5 FLUXOGRAMA

Para o desenvolvimento do fluxograma do Casû foi pensado inicialmente na disposição dos setores do projeto, para que de acordo com suas funções fosse pensado o melhor acesso para cada ambiente. Assim, o acesso ao público geral está diretamente ligado a recepção do centro, pois a partir dela o indivíduo será encaminhado para o ambiente administrativo desejado, ou até mesmo para o setor social/lazer ou moradia, se for o caso. Já o acesso de funcionários, na lateral do terreno, dá passagem para a garagem e de lá eles podem se seguir para o setor administrativo ou social/lazer diretamente. O acesso de serviço, ao lado do acesso de funcionários, é uma entrada direta para a recepção/pré-higienização, e ainda pode ser utilizado por viaturas policiais, caminhão de corpo de bombeiros e caminhões/carros de manutenção ou serviços. E o acesso de visitantes está ligado tanto ao estacionamento quanto a

guarita, para que o indivíduo possa chegar até a praça de visitação. Toda a distribuição dos setores e ambientes podem ser vistos na figura 37, a seguir:

Figura 37 – Fluxograma desenvolvido para o projeto.

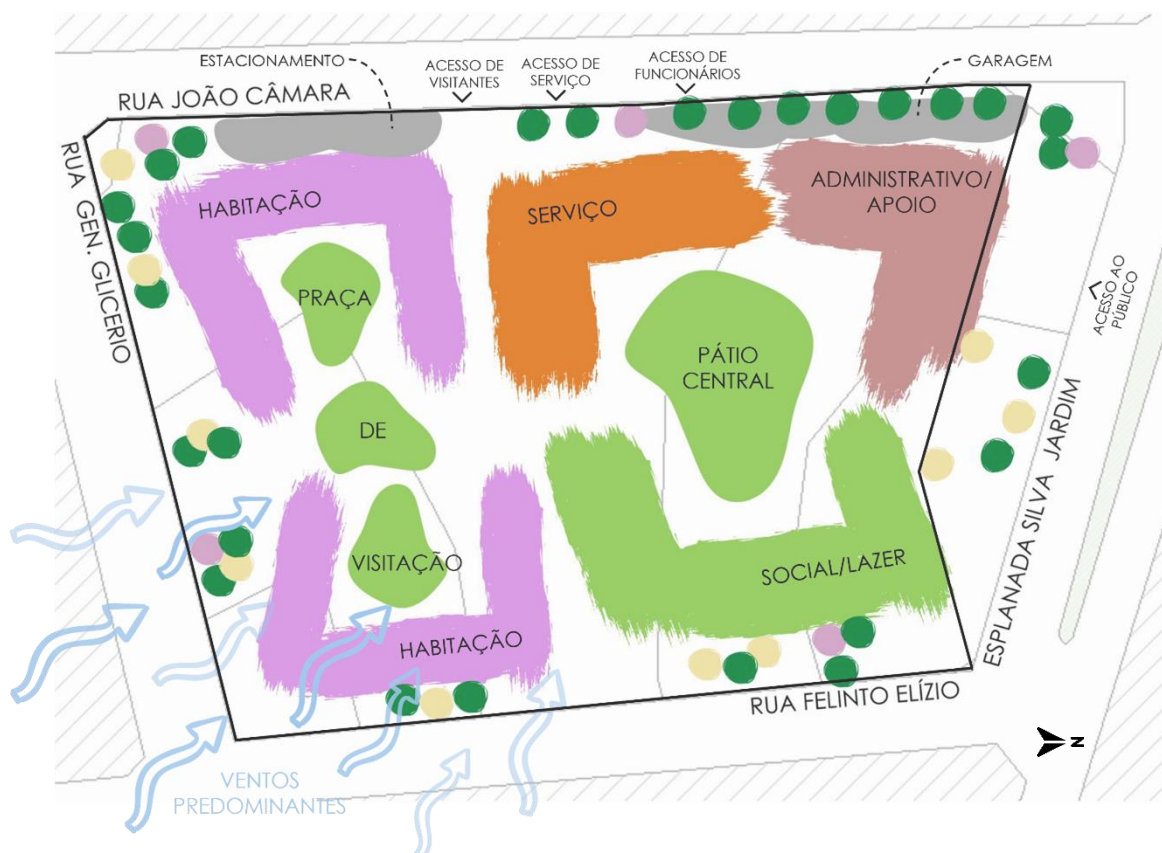


No próximo item será apresentado o zoneamento, que foi desenvolvido em relação ao programa de necessidades e sua relação com o terreno, entorno e necessidades mais importantes.

5.6 ZONEAMENTO

Para a realização do zoneamento foi pensado nos acessos aos serviços oferecidos, de modo que o setor de administração/apoio estivessem no primeiro plano, na entrada principal da edificação; os setores de serviço e o social/lazer estariam em segundo plano, dando suporte tanto para os residentes do centro quanto para os funcionários e público, quando necessário; já as moradias estão alocadas em um terceiro plano, no fundo do terreno, proporcionando um espaço mais reservado e que funcione paralelamente com o restante da edificação. A figura 38 mostra como este zoneamento foi disposto no terreno.

Figura 38 – Zoneamento dos setores do projeto.

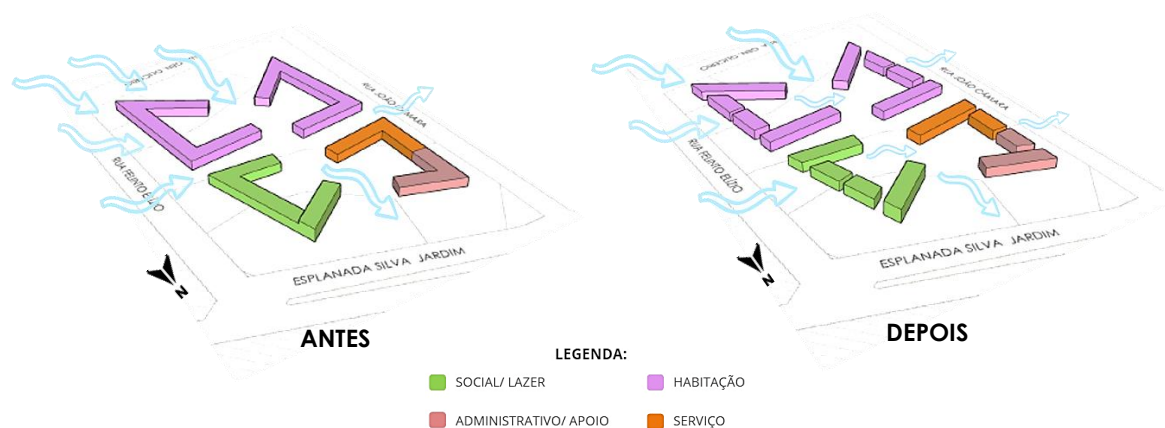


Fonte: Autora, 2022.

5.8 ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO E VOLUMETRIA E ESTRATÉGIAS DE HUMANIZAÇÃO

Na implantação do centro, os ambientes foram distribuídos em blocos de modo a adotar, em vista superior, uma forma que remeta uma borboleta, como já foi citado anteriormente. Estes blocos possuem aberturas estratégicas para permitir a ventilação cruzada dentro das áreas livres internas as edificações, essas aberturas possuem vedação em tijolinho vazado para que além de permitir a circulação dos ventos, também forneça a segurança necessária e limite os acessos no entorno dos blocos.

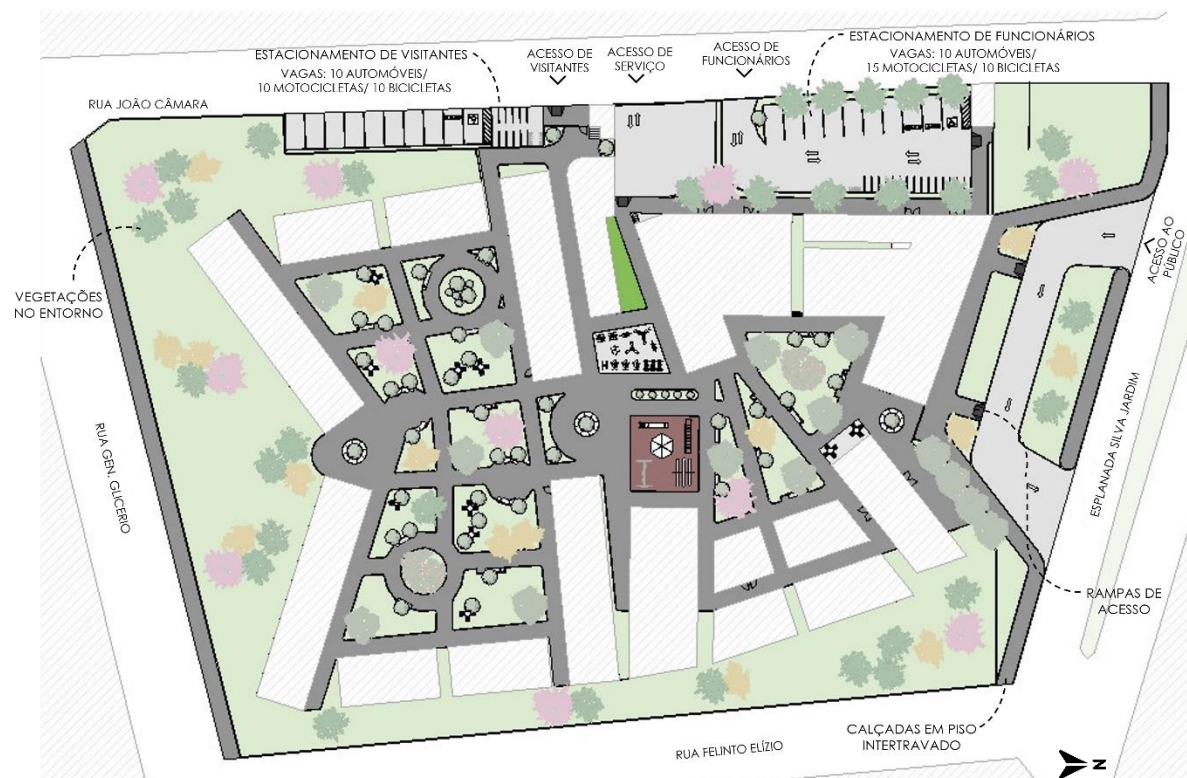
Figura 39 – Estudos de volumetria antes e depois das soluções de ventilação cruzada.



Fonte: Autora, 2022.

O acesso principal da edificação, locado na Rua Esplanada Silva Jardim, é destinado ao público em geral e se dá pela recepção do centro, que pode ser acessada por uma entrada de embarque e desembarque de veículos e pelas calçadas que ligam a edificação as ruas circundantes. Os acessos secundários são o de funcionários, de serviço e de visitantes, que estão locados na lateral do terreno, na Rua João Câmara. Tanto a entrada de funcionários como a de serviço são de veículos, em que no caso de funcionários chegará ao estacionamento de funcionários e a de serviço no pátio de serviço, onde poderá ser feita a carga e descarga de mantimentos, ou pode ser utilizada como apoio para as atividades de manutenção do centro. O acesso de visitantes se dá por uma entrada de pedestres, próximo ao estacionamento externo destinado a eles e ao lado da guarita, que monitora as três entradas. Quanto à acessibilidade, todas as calçadas de acesso possuem rampas com inclinação máxima de 8,33%, e os passeios internos possuem 2 metros de largura por toda edificação, garantindo a livre circulação de pessoas. O entorno dos blocos possui acesso restrito, apenas para funcionários, e é uma área totalmente permeável, com árvores de pequeno à médio porte, mantendo a segurança dos internos e garantindo o conforto térmico e visual, de modo que ao olhar por traz dos blocos será visto vegetações e não um muro alto, que pode ser interpretado como uma prisão; assim, a vegetação ameniza essa perspectiva.

Figura 40 – Implantação destacando os acessos, rampas, calçadas, estacionamentos e vegetações circundantes aos blocos.



Fonte: Autora, 2022.

A partir do acesso principal da edificação, situada no bloco administrativo/apoio, o indivíduo será encaminhado para o serviço necessário, que pode ser o atendimento jurídico, assistencial social, psicológico ou médico, que estão locados no mesmo bloco. Caso o indivíduo seja encaminhado diretamente para moradia, ou para o auditório e as salas multiuso (quando houver eventos externos a comunidade), a recepção dá acesso ao pátio central que direciona para todos os outros blocos. Este primeiro bloco também possui uma área restrita onde dá acesso ao estacionamento, descanso e banheiro de funcionários, além da central de segurança 24h.

Figura 41 – Planta baixa setorizada e indicação de algumas das paredes de tijolinho vazadas utilizadas.



Fonte: Autora, 2022.

Pensando em gerar um maior dinamismo entre os blocos foi utilizada uma cobertura com quedas d’água para o centro de cada edificação; assim, a visão geral do volume do projeto fica menos monótona e permite uma estética diferenciada.

Figura 42 – Volumetria final com indicação de acessos e soluções de cobertura.





Fonte: Autora, 2022.

A edificação em sua totalidade é composta por blocos cerâmicos convencionais com revestimento de ripas de concreto, para transmitir a sensação de rigidez que o concreto proporciona. O piso dos ambientes é em granilite, e nas áreas molhadas foi utilizado cerâmica tanto no piso quanto nas paredes. As áreas externas, como horta, academia e playground são delimitadas por um gradil metálico. Entre os blocos há jardins internos, não cobertos, que preenchem os espaços vazios criados pela separação dos blocos, esses jardins possuem vedação com tijolinho vazado para permitir a passagem do vento e ainda assim “fechar” o centro. Esta mesma técnica é utilizada na parte superior de cada bloco, fornecendo a abertura necessária para ventilação do ático, estratégia de conforto utilizada e indicada pela NBR 15220-3/2005; e ainda funciona como suporte da cobertura, que é de telha colonial ($i = 25\%$).

Figura 43 – Materiais utilizados no projeto.

Revestimento de ripas de concreto	Granilite	Gradil metálico	Tijolinho vazado	Telha colonial
				

Fonte: Compilação da Autora, 2022.¹¹

Visando o conforto dos indivíduos, os sistemas de vedação apresentam a seguinte estrutura e propriedades térmicas:

¹¹ Imagem 1: Brasmix Comércio e Importação Ltda, 2020/ Imagem 2: Shutterstock, 2022/ Imagem 3: Altelas, 2022/ Imagem 4: Gustavo Sosa Pinilla, 2016/ Imagem 5: Cemaco, 2022.

Figura 44 – Material utilizado nas paredes e suas propriedades térmicas.

EXTERIOR				SEU MATERIAL	
CAMADA	MATERIAL	RESISTÊNCIA TÉRMICA			
⊗ 1	Placa cimentícia 2	0,0220		Resistência Térmica Total: 0,47	
⊗ 2	Argamassa 2,5	0,025		Atraso Térmico φ (horas): 4,8	
⊗ 3	Bloco cerâmico 9x19x19 cm 9	0,208		Capacidade Térmica (kJ/m²K): 206,7	
⊗ 4	Argamassa 2,5	0,025		Transmitância Térmica (W/m²K): 2,1	
⊗ 5	Placa cimentícia 2	0,0220			
ADICIONAR CAMADA NA BASE					
INTERIOR					

Fonte: ProjetEEE, 2022.

Figura 45 – Material utilizado na cobertura e suas propriedades térmicas.

EXTERIOR				SEU MATERIAL	
CAMADA	MATERIAL	RESISTÊNCIA TÉRMICA			
⊗ 1	Telha cerâmica 1	0,01		Resistência Térmica Total: 0,28	
⊗ 2	Concreto maciço 10	0,057		Atraso Térmico φ (horas): 2,7	
ADICIONAR CAMADA NA BASE				Capacidade Térmica (kJ/m²K): 258,4	
				Transmitância Térmica (W/m²K): 3,6	
INTERIOR					

Fonte: ProjetEEE, 2022.

Após a obtenção desses dados, é importante destacar que a NBR 15220-3/2005 considera os seguintes valores admissíveis para a zona bioclimática 8:

Figura 46 – Tabela da NBR 15220-3/2005 com valores de referência para transmitância térmica e atraso térmico dos materiais.

Tabela C.2 — Transmitância térmica, atraso térmico e fator de calor solar admissíveis para cada tipo de vedação externa

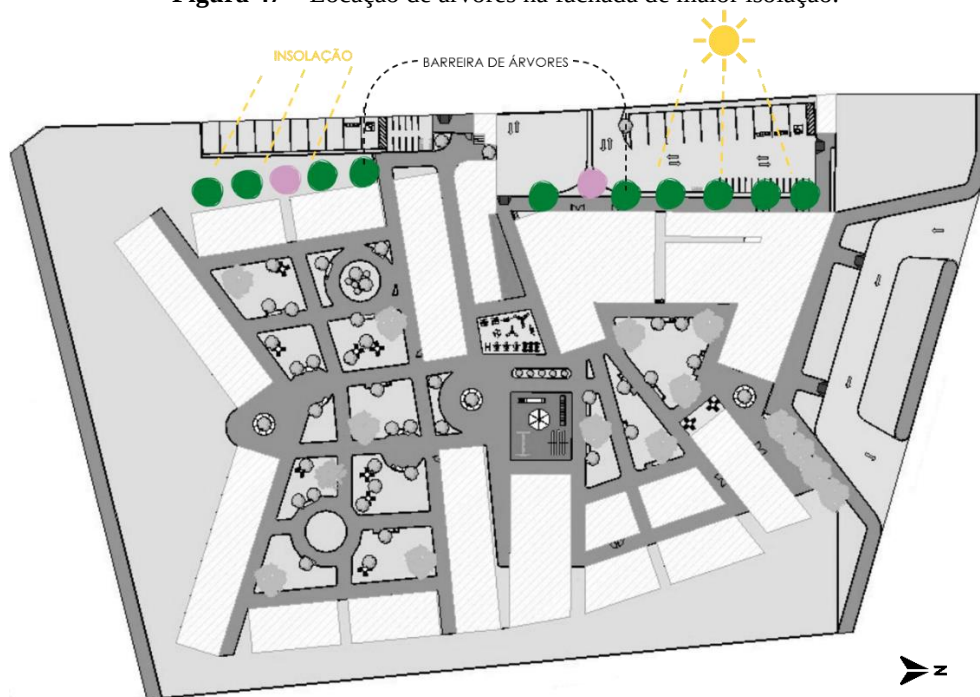
Vedações externas		Transmitância térmica – U W/m².K	Atraso térmico - φ h	Fator solar - FS _o %
Paredes	Leve	$U \leq 3,00$	$\varphi \leq 4,3$	$FS_o \leq 5,0$
	Leve refletora	$U \leq 3,60$	$\varphi \leq 4,3$	$FS_o \leq 4,0$
	Pesada	$U \leq 2,20$	$\varphi \geq 6,5$	$FS_o \leq 3,5$
Coberturas	Leve isolada	$U \leq 2,00$	$\varphi \leq 3,3$	$FS_o \leq 6,5$
	Leve refletora	$U \leq 2,30.FT$	$\varphi \leq 3,3$	$FS_o \leq 6,5$
	Pesada	$U \leq 2,00$	$\varphi \geq 6,5$	$FS_o \leq 6,5$

Fonte: NBR 15220-3/2005.

Ao comparar os resultados da transmitância térmica e do atraso térmico destacados em cada material com os dados considerados admissíveis pela NBR 15220-3/2005 para a zona bioclimática 8; pode-se constatar que os materiais utilizados nas vedações e cobertura proporcionam o conforto térmico desejado para os espaços internos.

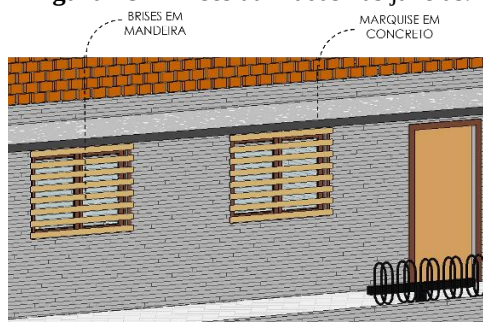
A disposição dos blocos e sua setorização foi pensada para otimizar os fluxos e os acessos e ainda garantir a circulação da ventilação no interior da edificação, deste modo alguns ambientes de longa permanência ficariam expostos ao sol da tarde, como alguns quartos da habitação, o descanso dos funcionários, a central de segurança 24h, entre outros. E para amenizar a insolação direta que estes ambientes sofreriam, foi utilizado árvores estrategicamente locadas para diminuir a incidência solar e brises foram colocadas nas aberturas.

Figura 47 – Locação de árvores na fachada de maior insolação.



Fonte: Autora, 2022.

Figura 48 – Brises utilizadas nas janelas.



Fonte: Autora, 2022.

A principal estratégia de humanização utilizada foi o programa funcional do Casû, que além da proposta de uma moradia mais autônoma, com quartos que possuem banheiro e copa, e toda a parte assistencial necessária, com apoio psicossocial, médico e jurídico; também possui áreas de lazer e aprendizado, através do playground, brinquedoteca, academia, sala de tv, brechó, reforço escolar, sala de leitura, salas multiuso com atividades diversas e auditório. Ainda, o contato com a natureza, proporcionados pelo pátio central e pela praça de visitação, tornam a estadia mais leve e harmônica; principalmente, porque neste projeto as mulheres que moram no local podem receber visitas de parentes e amigos durante a estadia, o que pode contribuir para a recuperação delas.

Figura 49 – Proposta de moradia autônoma com o mobiliário utilizado.



Fonte: Autora, 2022.

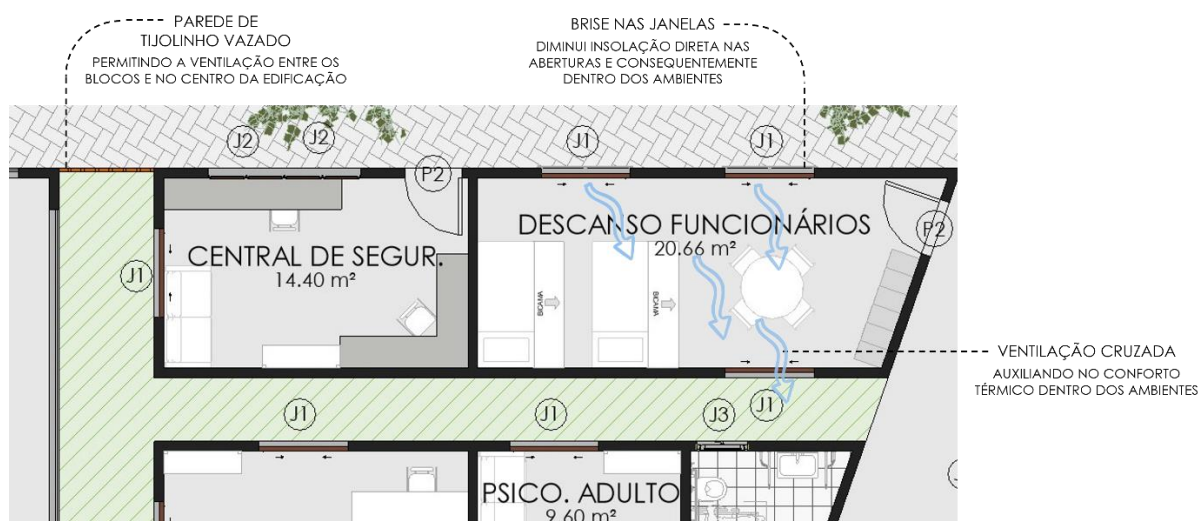
Figura 50 – Área externa e o contato com a natureza.



Fonte: Autora, 2022.

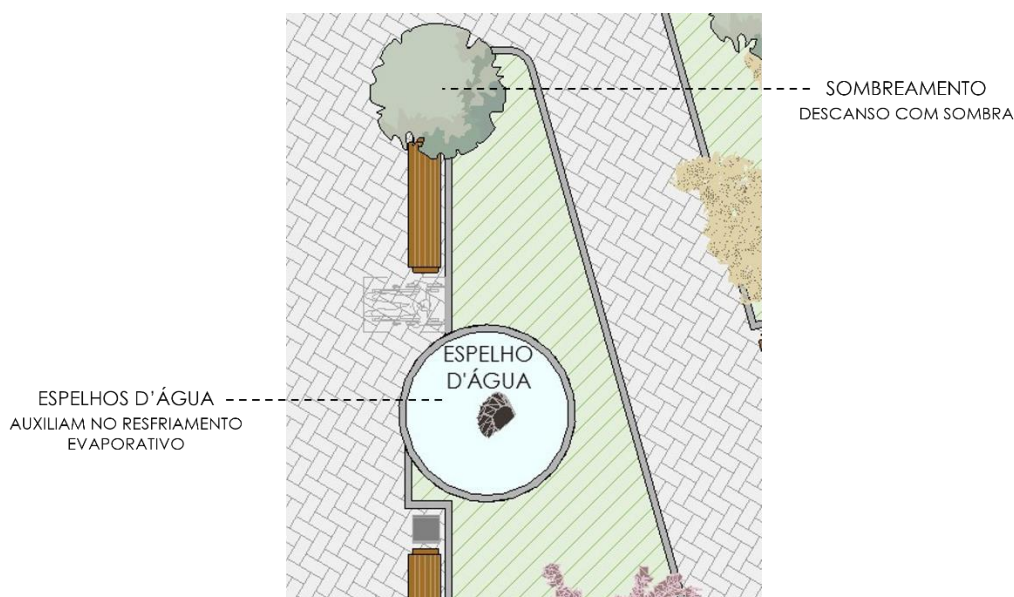
Outro importante ponto a ser destacado é o conforto térmico da edificação, que não só é um importante fator em qualquer projeto a ser produzido, mas também é um aspecto que garante que o indivíduo fique mais à vontade em um local, se sinta bem e acolhido. E para garantir esse conforto no Casû, foram utilizadas aberturas nos ambientes com ventilação cruzada, brise nas janelas, paredes em tijolinho vazado, sombreamento com vegetações e espelhos d'água. Como pode ser visto a seguir:

Figura 51 – Estratégias de conforto utilizadas na edificação.



Fonte: Autora, 2022.

Figura 52 – Estratégias de conforto utilizadas no pátio central.



Fonte: Autora, 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que assim como a violência contra mulher ganha espaço nas discussões atualmente. As medidas e serviços acerca da temática também crescem gradualmente logo, instituições que oferecem moradia protegida são cada vez mais necessárias, não somente porque a violência aumentou, mas porque agora as mulheres se sentem mais seguras para denunciar, justamente pela rede de apoio que vem sendo construída e ampliada progressivamente.

Instituições como as Casas-Abrigo são de extrema importância nesse processo, pois resguardam mulheres que estão em risco iminente de morte e por isso possuem certas regras e severidades que devem ser respeitadas. E foi pensando nisso, que o projeto do Casû foi elaborado por uma nova perspectiva, para ser um centro de acolhimento, em que muito provavelmente não poderia atender mulheres que sofrem ameaças de morte. No entanto, o projeto foi criado com o intuito de atender mulheres que passaram pelo trauma da violência e necessitam do apoio físico de uma edificação que proporcione esperança, por meio de uma moradia segura e que ainda ofereça suporte psicossocial, médico, jurídico e de aprendizado; para que o processo de cura seja agradável e enriquecedor.

Desse modo, é válido destacar que a cidade de Natal/RN apresenta toda a estrutura necessária para a instalação de uma instituição como essa, pois possui delegacia da mulher, centro de referência, todos os órgãos jurídicos governamentais e uma Casa-Abrigo. Sendo assim, por Natal apresentar cerca de mais de 800 mil habitantes e a Casa-Abrigo existente só ter disponível 23 vagas, o Casû apresenta-se com uma alternativa para suprir a carência por edificações que disponham de moradia e ainda viria como uma proposta mais acolhedora.

O projeto realizado pôde atender os objetivos elencados inicialmente e ainda sugeriu alternativas projetuais para as diretrizes elencadas pelo DataSenado, encontradas no final do subtítulo 2.3 deste trabalho, como: o acesso da comunidade à informação, pelo centro possuir atendimento ao público e com seu auditório disponível para palestras externas; o atendimento jurídico no local e a proximidade com uma delegacia da mulher; o atendimento com assistência social e psicológico, para mulher e filhos; entre outros. Além disso, este estudo preliminar mostra-se como uma opção acolhedora e funcional, onde a partir do espaço humanizado pudesse-se obter um serviço também humanizado, em que a relação entre os setores fosse otimizada de modo a proporcionar uma edificação satisfatória ao usuário.

Para tanto, o estudo realizado neste trabalho foi de suma importância no que diz respeito a junção de dados estatísticos sobre a temática; o conhecimento de medidas legislativas vigentes

e como foi o processo progressivo dessas leis; a identificação de instituições que oferecem assistência as mulheres vítimas de violência, principalmente no estado do Rio Grande do Norte; e por fim, atingir o intuito de desenvolver uma edificação que atenda as mulheres e seus filhos de forma humanizada, dando todo o suporte necessário e contribuindo para a melhora da vítima.

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR. 15 220-3. **Desempenho Térmico de Edificações-Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social.** 1 ed. 30 abr. 2005.

ABNT, NBR. 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 4 ed. 03 ago. 2020.

ALVES, Cláudia. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.** 2005. 25 f. Curso de Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

AMORIM, Sayonara. **Mossoró tem primeira casa abrigo estadual para atender mulheres em situação de violência.** 2021. Disponível em: <https://portaldorn.com/casa-abrigo-reforca-combate-a-violencia-contr-a-mulher-no-rn/>. Acesso em: 13 maio 2022.

AMPAR RN (org.). **Destaque: missão.** 06 abr. 2021. Instagram: @AMPAR.RN. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17854898003532323/>. Acesso em: 12 set. 2022.

Analysis SOL-AR. UFSC – LabEEE. 2022. Disponível em: <https://labeee.ufsc.br/downloads/softwares/analysis-sol-ar>.

ArchDaily Brasil. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.** 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. ISSN 0719-8906. Acesso em: 14 Set 2022.

ArchDaily en Español. **Refugio para Mujeres Víctimas de la Violencia / ORIGEN 19°41' 53" N.** 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19o41-53-n>. ISSN 0719-8914. Acesso em: 14 Set 2022.

Archivo Baq. **REFUGIO PARA MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA.** Disponível em: <https://arquitecturapanamericana.com/refugio-para-mujeres-victimas-de-violencia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

ARKIN. **REFUGIO PARA MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA.** Disponível em: <https://arkin.mx/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

ARQUINE. **Refugio para mujeres víctimas de la violencia.** Disponível em: <https://arquine.com/obra/refugio-mujeres-violencia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 - 3ª edição.** 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição.** 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Elaboração de Projetos de Edificações Escolares: Ensino Fundamental.** Brasília, 2017. v. 03.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução-RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.** Brasília, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Humanização** - 1ª edição. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 14 out 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. 46 p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência.** Brasília: Presidência da República, 2006.

CANCIAN, Letícia de Souza. **Acolhendo Marias:** centro de apoio e acolhimento à mulher. 2019. 114 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2019.

CARVALHO, Ícaro. Casos de violência doméstica crescem 44,3% no Estado. Tribuna do Norte. Natal, p. 1-2. 18 jul. 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/casos-de-violencia-domestica-crescem-44-3-porcento-no-estado/515770>. Acesso em: 13 maio 2022.

CASULO. In Oxford Languages. Oxford: Oxford University Press, 2022. Disponível em: encurtador.com.br/sxGUW. Acesso em: 11 out. 2022.

DATASENADO. **Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/publicacaodatasetenado?id=conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia>. Acesso em: 13 maio 2022.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher - 2021.** 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/publicacaodatasetenado?id=violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021>. Acesso em: 13 maio 2022.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/publicacaodatasetenado?id=dilma-rousseff-recebe-relatorio-final-sobre-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 12 out 2022.

Deslandes SF. **Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar.** Ciênc Saúde Coletiva. 2004;9(1):7-14.

DIVERSIFICADAS, Atividades. **Atividades:** Ciclo de vida da borboleta. 2021. Disponível em: <http://diariodaprofaglauce.blogspot.com/2021/06/atividades-ciclo-de-vida-da-borboleta.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: STELLA R. TAQUETTE (org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 207.

FUNDO SOCIAL ELAS. **Vitrine de Projetos:** Região Nordeste. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/vitrine-nordeste.asp>. Acesso em: 20 set. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar. RIMANDO AMOR E DOR: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000. p. 320. (Ensaio).

HUB CRIAÇÃO. **Simple Organic + Think Olga: 5 Ongs de Combate à Violência Contra a Mulher**. Disponível em: https://simpleorganic.com.br/blogs/simple-blog/simple-organic-think-olga-5-ongs-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher?gclid=Cj0KCQiAsdKbBhDHARIsANJ6-jfTCeezloSVzjN8o2WYyqNYb8KaCG8SSgrCIOUfPvejNFiVxIL1GBgaAp-mEALw_wcB. Acesso em: 13 sep. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Natal. Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/panorama>. Acesso em: 16 set. 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Homicídios Mulheres**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>. Acesso em: 02 dez. 2022.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. Revista de Saúde Pública, São Leopoldo, v. 39, n. 5, p. 695-701, jun. 2005.

MARTINS, Isabela Maria Fontes. **Proposta Arquitetônica de uma Unidade de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica em Aracaju – SE**. 2017. p. 31. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, Sergipe. 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6908/2/Isabela_Maria_Fontes_Martins.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

MIGALHAS. **"Foi uma conquista", diz delegada responsável pela primeira delegacia da mulher criada no país**. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/308147/foi-uma-conquista---diz-delegada-responsavel-pela-primeira-delegacia-da-mulher-criada-no-pais>. Acesso em: 09 set. 2022.

NATAL. CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. **Audiência debaterá implementação da Patrulha Maria da Penha em Natal**. 2017. Disponível em: <https://www.camaramunicipaldenatal.com.br/noticias/368/audincia-debater-implementao-da-patrolha-maria-da-penha-em-natal>. Acesso em: 13 out. 2022.

NATAL. PREFEITURA DO NATAL. **Atuação da Patrulha Maria da Penha é destacada em audiência pública**. 2022. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/36580>. Acesso em: 13 out. 2022.

NATAL. PREFEITURA DO NATAL. **Patrulha Maria da Penha realiza blitz no Dia Internacional da Mulher na Zona Norte de Natal**. 2022. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/36430>. Acesso em: 13 out. 2022.

NATAL/RN. **Lei Complementar Nº 055, de 27 de janeiro de 2004**. Natal, 2004.

NATAL/RN. **Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007**. Natal, 2007.

NATAL/RN. **Lei Complementar Nº 208, de 07 de março de 2022**. Natal, 2022.

NATAL/RN. **Lei nº 7.124 de 18 janeiro de 2021**. Natal, 2021.

NATAL/RN. **Lei nº 7.303, de 25 de março de 2022**. Natal, 2022.

NATAL/RN. **Lei nº. 6.100, de 24 de maio de 2010.** Natal, 2010.

NATAL. PREFEITURA DO NATAL. **REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NATAL.** 2019. Disponível em:

https://planodiretor.natal.rn.gov.br/anexos/apresentacao/Apresentacao_Oficinas_Plano_Diretor_Ago_Set_2019-02.09.19.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Serviços Especializados de Atendimento à Mulher.** Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contraviolencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 14 set. 2022.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Arquitetura, urbanismo e Psicologia Ambiental:** uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. Psicol. USP, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 155-165, 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v16n1-2/24653.pdf>>. Acesso em 23 Ago. 2022.

PELICEU, Vanessa. **As Redes de Atendimento à Mulher e a Arquitetura Humanizada como Recurso para a Construção do bem-estar nestes Espaços.** 2019. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unicesumar - Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2019.

PENHA, Instituto Maria da (org.). **Quem é Maria da Penha.** 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

PROJETEEE – Projetando Edificações Energeticamente Eficientes. Disponível em: projeteee.mma.gov.br. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 29.496, de 09 de março de 2020.** Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200310&id_doc=676432. Acesso em: 13 maio 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Ordinária nº 10.162, de 21 de fevereiro de 2017.**

Disponível em:

<http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2019/05/15/c86cfca190fd36fd00a66f6e84e8068b.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Ordinária nº 10.171, de 21 de fevereiro de 2017.**

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/pdfs/governo-do-estado-do-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 13 maio 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **Ministério Público do Rio Grande do Norte.** Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/grhmpn.pdf>. Acesso em: 14 set 2022.

RN terá nova Casa de Acolhimento. 2020. Disponível em:

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tera-nova-casa-de-acolhimento/493592>. Acesso em: 13 maio 2022.

RODRIGUES, Alex. Ligue 180 registra aumento de 36% em casos de violência contra mulher. **Agência Brasil.** Brasília. 30 maio 2020. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ligue-180-registra-aumento-de-36-em-casos-de-violencia-contramulher>. Acesso em: 11 out. 2022.

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO. NT 003: **Dimensionamento de Reservatórios de Água Fria.** Sete Lagoas – MG, 2017. 7 p.

SANTOS, Rahellen. **O que é violência de gênero e como se manifesta?**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>. Acesso em: 13 set. 2022.

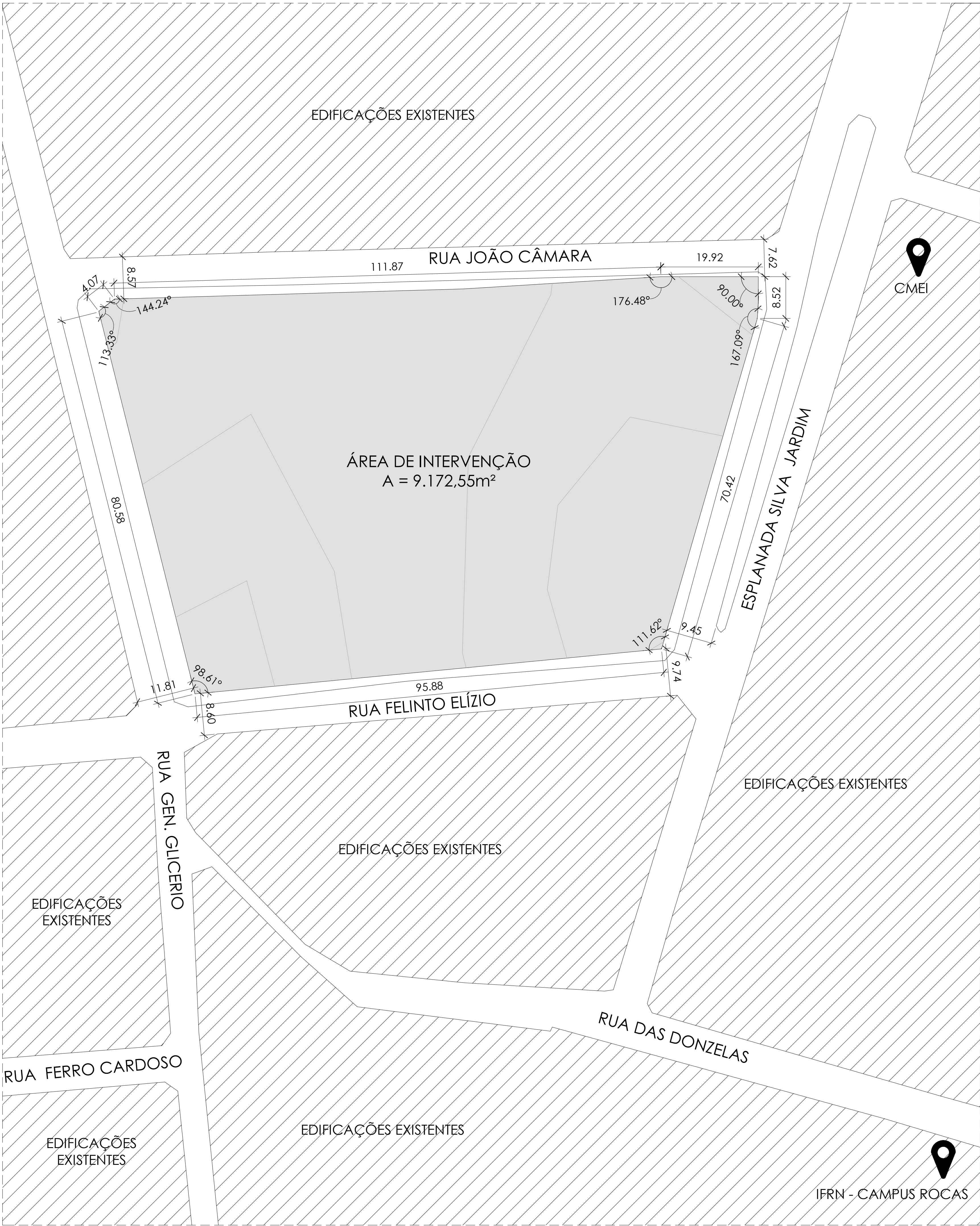
SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 56.819, de 10 de março de 2011**. São Paulo, 2011.

TC-CUADERNOS. **Refugio para mujeres víctimas de la violencia, México**. 2019. Disponível em: <https://www.tccuadernos.com/blog/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-mexico/>. Acesso em: 15 set. 2022.

WASELFIZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**, 2015. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

WALDOW, Vera Regina; BORGES, Rosália Figueiró. **Cuidar e humanizar: relações e significados**. Acta Paul Enferm, [s. l], v. 24, n. 3, p. 414-418, 05 jan. 2011.

APÊNDICE A – DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA DO PROJETO



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
1 : 400



2 MAPA DE LOCALIZAÇÃO
1 : 1000

PRESCRIÇÕES URBANÍSTICAS	
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO	2,0
ÁREA MÁXIMA A SER CONSTRUÍDA	22.500,00m²
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	80%
TAXA PERMEÁVEL MÍNIMA	20%
RECUOS MÍNIMOS	
FRONTAL	8,00m
LATERAL E FUNDOS	EDF. TÉRREA - NÃO OBRIGATÓRIO
GABARITO MÁXIMO	140,00m
ESTACIONAMENTO	1 vaga/45m²
VAGAS EXCLUSIVAS PARA PESSOA IDOSA	5%
VAGAS EXCLUSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2%
ÁREAS GERAIS	
ÁREA DO TERRENO	9.172,55m²
ÁREA OCUPADA	2.831,73m²
ÁREA CONSTRUÍDA	2.357,24m²
ÁREA ÚTIL	2.106,22m²
ÁREA PERMEÁVEL	3.727,14m²
ÁREA DESTINADA À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS	977,96m²
ÁREA DESTINADA À CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES	2.187,10m²
ÁREA DESTINADA AO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	
AUTOMÓVEIS	241,85m
MOTOCICLETAS	49,76m
BICICLETAS	18,32m
ÍNDICES URBANÍSTICOS DA EDIFICAÇÃO	
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,25
TAXA DE OCUPAÇÃO	30,87%
TAXA DE PERMEABILIDADE	40,63%
QUANTIDADE DE PAVIMENTOS	01
GABARITO	4,60m
VAGAS PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	
VAGAS PARA AUTOMÓVEIS	20
VAGAS RESERVADAS PARA PESSOA IDOSA	3
VAGAS RESERVADAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2
VAGAS PARA MOTOCICLETAS	25
VAGAS PARA BICICLETAS	20

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ARQUITETURA E URBANISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CASU: Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

PROJETO ARQUITETÔNICO

PLANTA DE SITUAÇÃO/ MAPA DE LOCALIZAÇÃO/ ÁREAS GERAIS/ ÍNDICES URBANÍSTICOS

INSTRUMENTO: ESPLANADA SILVA JARDIM, S/N - RIBERA, NATAL - RN

ESCALA: COMO INDICADO

AUTORA DO PROJETO: LUIANA LIMA GOMES DA SILVA

PROF. ORIENTADORA: RAFAELA SANTANA BALBI

FRANQUIA:

01/06



3 PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTURA
1:150

UFERSA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL		ARQUITETURA E URBANISMO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
CASU: Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica		
PROJETO ARQUITETÔNICO PLANTA DE COBERTURA		
INSTRUMENTO: ESPLANADA SILVA JARDIM, S/N - RIBERA, NATAL - RN	DATA:	AUTORIA DO PROJETO: LUIANA LIMA GOMES DA SILVA PROJ. ORIENTADORA: RAFAELA SANTANA BALBI FRANQUIA:
COMO INDICADO		02/06



4 PLANTA DE LAYOUT
1 : 150

QUADRO DE ESQUADRIAS - PORTAS				
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
A1	9			ABERTURA C/ TIJOLINHO VAZADO
P1	2	3.40	2.10	4 FOLHAS - 2 FIXAS E 2 CORRER - VIDRO
P2	75	0.90	2.13	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P3	2	1.62	2.10	1 FOLHA - CORRER - ALUMÍNIO
P4	13	0.92	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA COM BARRAS EM ALUMÍNIO (PcD)
P5	7	1.88	2.14	2 FOLHAS - GIRO - MADEIRA
P6	1	1.70	2.10	1 FOLHA - CORRER - ALUMÍNIO
P7	1	2.75	2.10	4 FOLHAS - 2 FIXAS E 2 CORRER - VIDRO

QUADRO DE ESQUADRIAS - PORTAS				
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
P8	1	1.00	2.10	2 FOLHAS - VAI E VEM - MADEIRA
P9	2	0.70	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P10	2	2.40	6.25	2 FOLHAS - GIRO - ALUMÍNIO
P11	1	1.10	2.35	1 FOLHA - GIRO - ALUMÍNIO
P12	36	0.60	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P13	1	0.97	2.10	1 FOLHA - CORRER - MADEIRA

QUADRO DE ESQUADRIAS - JANELAS				
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	ALTURA DE PEITORIL
J1	74	1.40	1.10	1.00
J2	37	1.20	0.40	1.70
J3	40	0.80	0.40	1.70
J4	72	2.00	1.10	1.00

UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUITETURA E URBANISMO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CASU: Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

PROJETO ARQUITETÔNICO

PLANTA DE LAYOUT

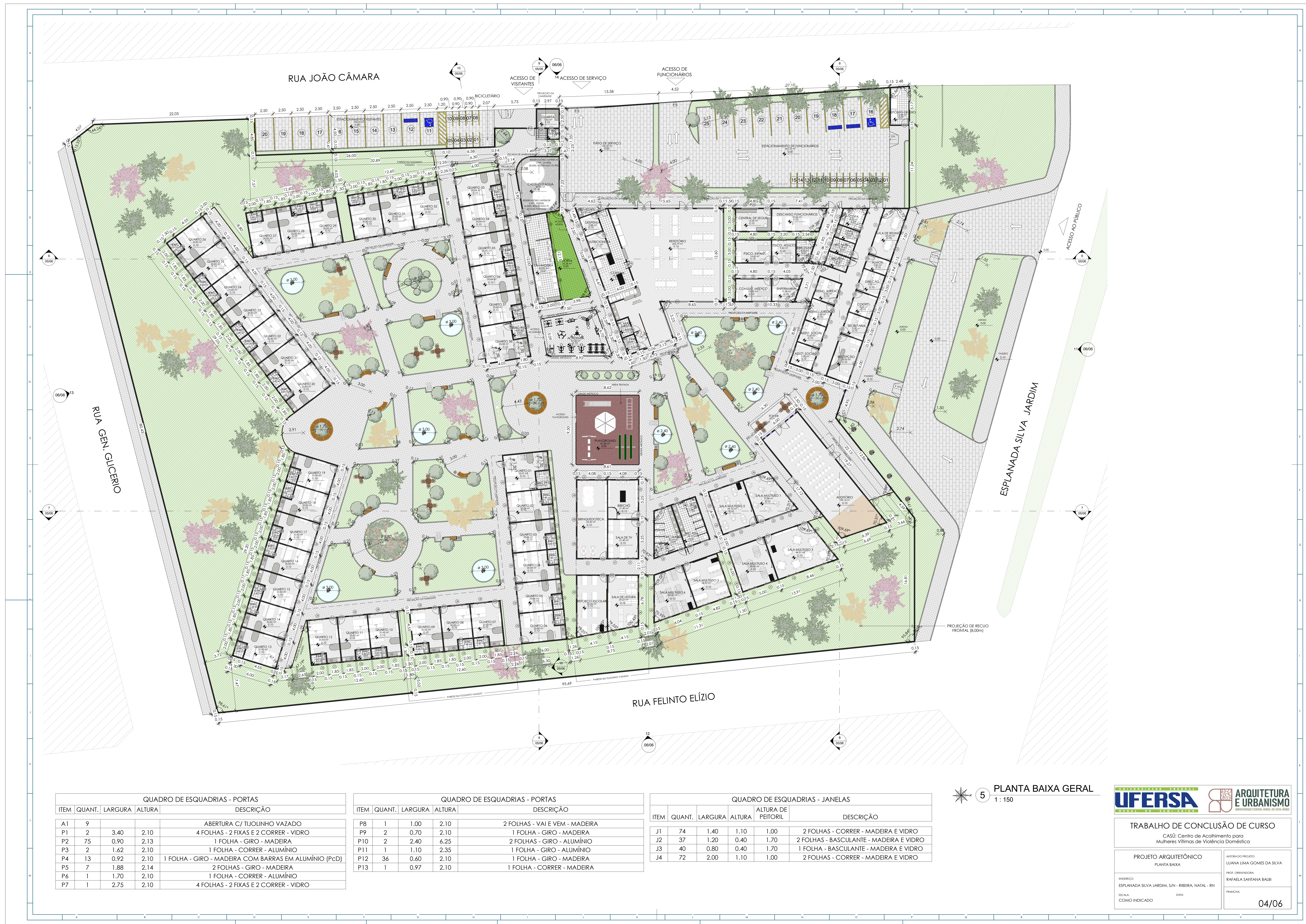
INSTRUCOES:
ESPLANADA SILVA JARDIM, S/N - RIBERA, NATAL - RN

FECHA:
COMO INDICADO

AUTORIA DO PROJETO:
LUIANA LIMA GOMES DA SILVA

PROF. ORIENTADORA:
RAFAELA SANTANA BALBI

FRANQUIA:
03/06



5 PLANTA BAIXA GERAL
1:150

QUADRO DE ESQUADRIAS - PORTAS				
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
A1	9			ABERTURA C/ TIJOLINHO VAZADO
P1	2	3.40	2.10	4 FOLHAS - 2 FIXAS E 2 CORRER - VIDRO
P2	75	0.90	2.13	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P3	2	1.62	2.10	1 FOLHA - CORRER - ALUMÍNIO
P4	13	0.92	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA COM BARRAS EM ALUMÍNIO (PcD)
P5	7	1.88	2.14	2 FOLHAS - GIRO - MADEIRA
P6	1	1.70	2.10	1 FOLHA - CORRER - ALUMÍNIO
P7	1	2.75	2.10	4 FOLHAS - 2 FIXAS E 2 CORRER - VIDRO

QUADRO DE ESQUADRIAS - PORTAS				
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	DESCRIÇÃO
P8	1	1.00	2.10	2 FOLHAS - VAI E VEM - MADEIRA
P9	2	0.70	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P10	2	2.40	6.25	2 FOLHAS - GIRO - ALUMÍNIO
P11	1	1.10	2.35	1 FOLHA - GIRO - ALUMÍNIO
P12	36	0.60	2.10	1 FOLHA - GIRO - MADEIRA
P13	1	0.97	2.10	1 FOLHA - CORRER - MADEIRA

QUADRO DE ESQUADRIAS - JANELAS					
ITEM	QUANT.	LARGURA	ALTURA	ALTURA DE PEITORIL	DESCRIÇÃO
J1	74	1.40	1.10	1.00	2 FOLHAS - CORRER - MADEIRA E VIDRO
J2	37	1.20	0.40	1.70	2 FOLHAS - BASCULANTE - MADEIRA E VIDRO
J3	40	0.80	0.40	1.70	1 FOLHA - BASCULANTE - MADEIRA E VIDRO
J4	72	2.00	1.10	1.00	2 FOLHAS - CORRER - MADEIRA E VIDRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ARQUITETURA E URBANISMO

PROFESSORA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CASU: Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

PROJETO ARQUITETÔNICO

PLANTA BAIXA

INERICO: EPLANADA SILVA JARDIM, S/N - RIBERA, NATAL - RN

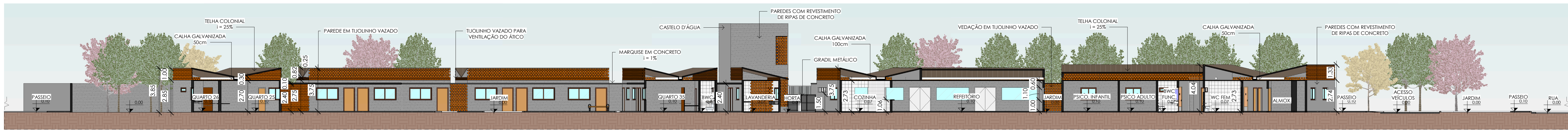
FECHA: COMO INDICADO

AUTORA DO PROJETO: LUIANA LIMA GOMES DA SILVA

PROF. ORIENTADORA: RAFAELA SANTANA BALBI

FRANCHA:

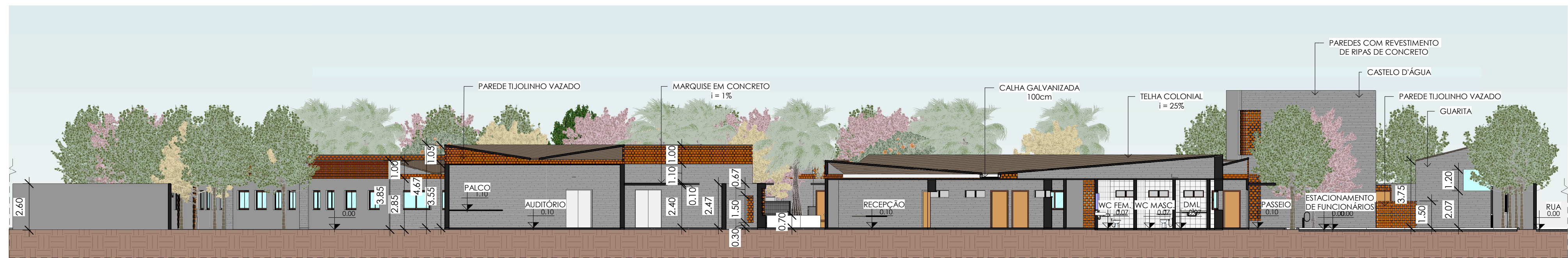
04/06



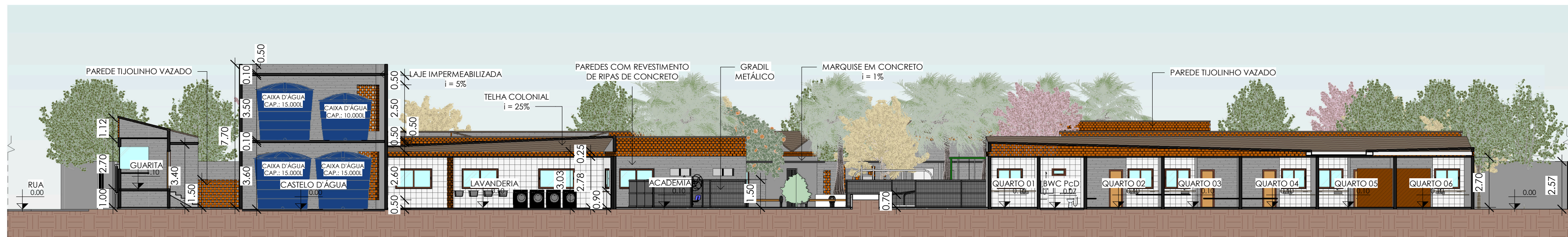
6 CORTE AA
1 : 150



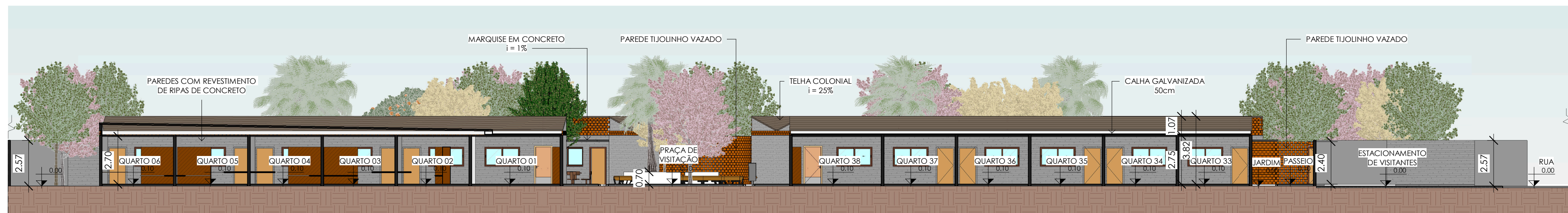
7 CORTE BB
1 : 150



8 CORTE CC
1 : 150



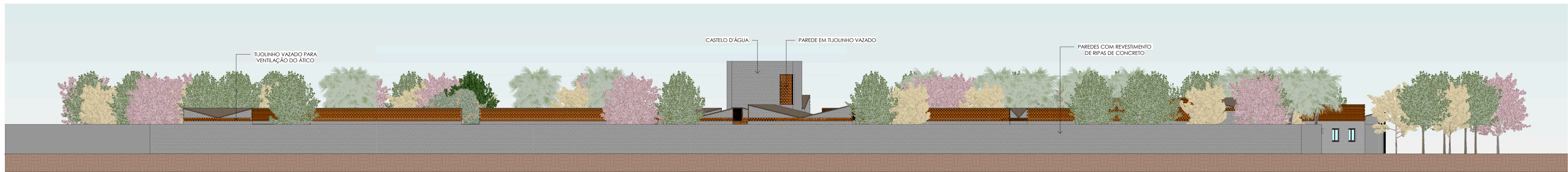
9 CORTE DD
1 : 150



10 CORTE EE
1 : 150



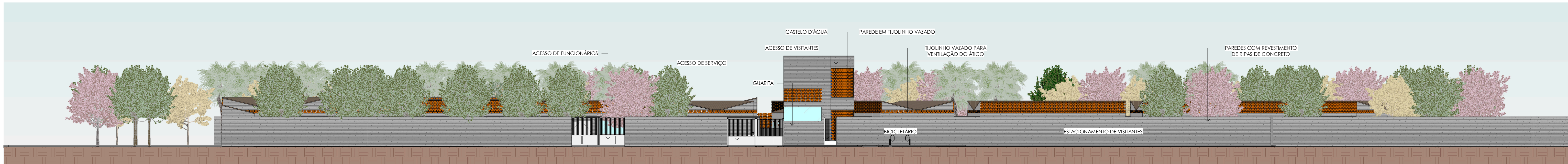
11 FACHADA FRONTAL - NORTE
1 : 150



12 FACHADA LATERAL ESQUERDA - LESTE
1 : 150



13 FACHADA POSTERIOR - SUL
1 : 150



14 FACHADA LATERAL DIREITA - OESTE
1 : 150

APÊNDICE B – RENDERS DO PROJETO



FACHADA FRONTAL



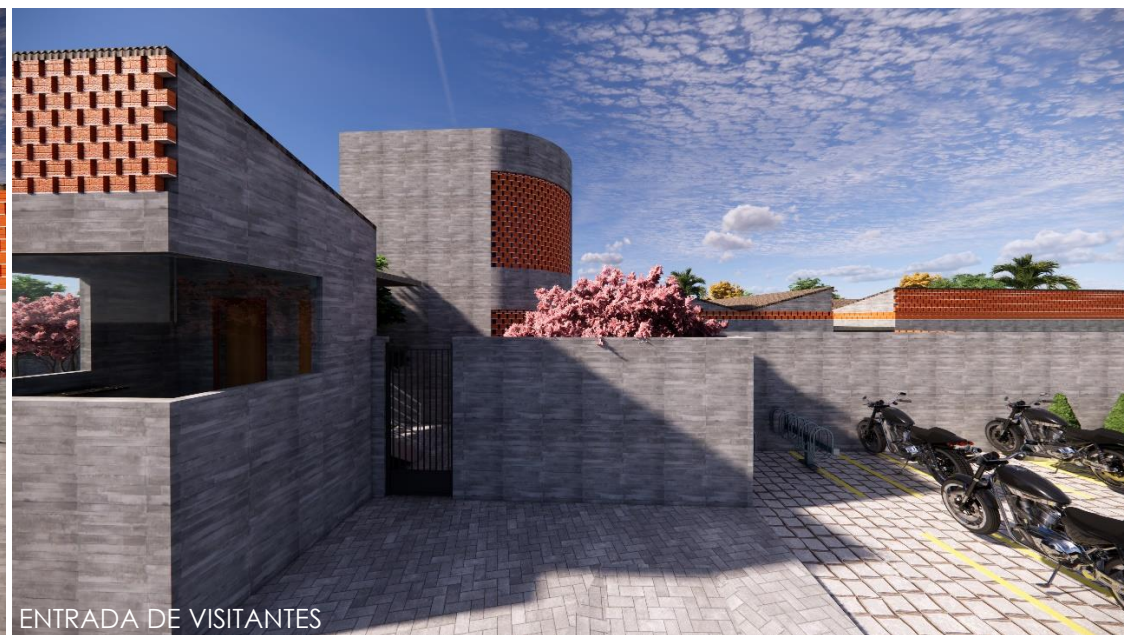
ENTRADA PÚBLICO



ENTRADA PÚBLICO



ENTRADA DE SERVIÇO



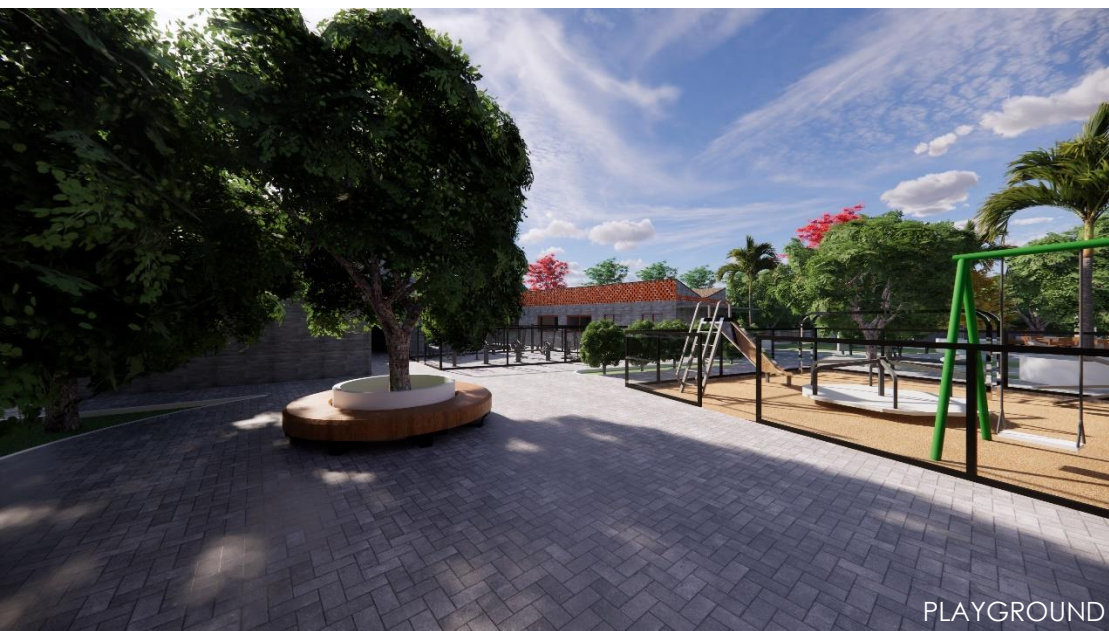
ENTRADA DE VISITANTES



PÁTIO CENTRAL



PÁTIO DE SERVIÇO



PLAYGROUND



LAZER



PÁTIO CENTRAL/LAZER



PRAÇA DE VISITAÇÃO



PRAÇA DE VISITAÇÃO



HABITAÇÃO